



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Comunicação Social

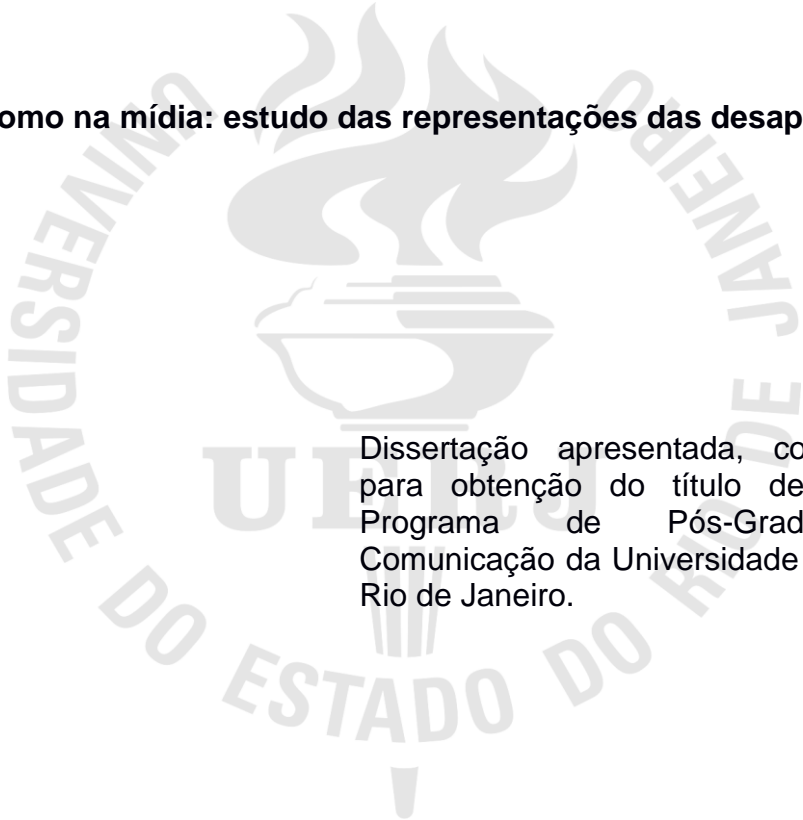
Maria Clara Ferraz Gordilho de Farias

**Vila Autódromo na mídia: estudo das representações das
desapropriações**

Rio de Janeiro
2018

Maria Clara Ferraz Gordilho de Farias

Vila Autódromo na mídia: estudo das representações das desapropriações



Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Freitas

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

B242 Maria Clara Ferraz Gordilho de Farias.
Vila Autódromo na mídia: estudo das representações das
desapropriações / Maria Clara Ferraz Gordilho de Farias. – 2018.
93 f.

Orientador: Ricardo Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Olimpíadas – Teses. 3.
Desapropriação – Teses. I. Freitas, Ricardo. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 374

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Maria Clara Ferraz Gordilho de Farias

Vila Autódromo na mídia: estudo das representações das desapropriações

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Freitas (Orientador)
Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof.(a) Dr.(a) Denise da Costa Oliveira Siqueira
Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof. Dr. Euler David de Siqueira
Instituto Multidisciplinar - UFRRJ

Rio de Janeiro
2018

DEDICATÓRIA

À Nicolau Maranini, por ter acreditado que eu seria capaz de assumir esse compromisso e vencer esse desafio.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, Pedro Gordilho e Patrícia Ferraz (em memória) e ao meu marido, Gustavo Fonseca. Aos meus pais, pela base de sustentação que tive ao longo desses anos e que sempre me ensinaram que o mais importante da vida é a educação. Sim, eu aprendi a lição e espero nunca deixar de aprender e ensinar, pois esse é o caminho mais eficaz e prazeroso para atingir os sonhos. Ao meu marido, agradeço por sempre me incentivar, se orgulhar e acreditar em mim.

Agradeço a todos os professores da FCS que tive a honra de conhecer e que deixaram uma grande herança de conhecimento. Em especial, ao meu orientador, o Professor Dr. Ricardo Freitas por todos os ensinamentos e experiência compartilhada. Muita sorte a minha ter um orientador tão capacitado e disponível.

Agradeço à UERJ, que apesar de todos os percalços se mantém firme. Aprendi muito com essa instituição, que contribuiu com a minha formação profissional e pessoal, que sempre está de portas abertas para os seus alunos e cujo princípio norteador é a educação.

Ao meu querido amigo, professor e entusiasta, Nicolau Maranini, que me orienta acadêmica e profissionalmente, que sempre acreditou no meu potencial e a quem eu dedico essa conquista. Agradeço por todos os “puxões de orelha”, foram fundamentais nessa etapa da minha vida. Obrigada por estar sempre por perto.

RESUMO

FARIAS, M. C. F. G. de. **Vila Autódromo na mídia**: estudo das representações das desapropriações. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Esse estudo tem como objetivo analisar as representações midiáticas a respeito das desapropriações que ocorreram na Vila Autódromo, visando analisar o enquadramento apresentado pelo Jornal O Globo, a respeito dessa problemática no período de 2011 a 2016. Como contribuição para a linha de pesquisa “**Cultura de Massa, Cidade e Representação Social**”, esse estudo apresenta também a reflexão em torno do marketing urbano, evidenciando suas funções e aplicações, e das territorialidades adjacentes a esse processo, verificando as mensagens implícitas que a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Vila Autódromo transmitiu aos leitores através do Jornal O Globo. Os estudos apontaram para um marketing generalizado, principalmente nos planejamentos urbanos, transformando as cidades em mercadorias orientadas pelo poder do capital, retirando delas seu caráter de espaço de encontro e confronto entre cidadãos, criando dessa forma um distanciamento das relações sociais.

Palavras-chave: Conflito. Megaeventos. Olimpíadas. Vila Autódromo. Mídia.

ABSTRACT

FARIAS, M. C. F. G. de. **Vila Autódromo in the media**: study of representations of expropriations. 2017. 93 f. dissertation (master in Social communication), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

This study aims to analyze the mediatic representations regarding the expropriations that took place in Vila Autódromo, aiming to analyze the framework presented by the newspaper O Globo, regarding this problem in the period from 2011 to 2016. As a contribution to the research line "**Mass Culture, City and Social Representation**", this study also presents the reflection about urban marketing, showing its functions and applications, and the territorialities adjacent to this process, verifying the implicit messages that the City Hall of Rio de Janeiro and Vila Autódromo transmitted to readers through O Globo newspaper. Studies have pointed to widespread marketing, especially in urban planning, transforming cities into goods guided by the power of capital, removing from them their character as a space of encounter and confrontation between citizens, thus creating a distancing of social relations.

Key words: Conflicts. Mega events. Olympics. Vila Autódromo. Media.

LISTA DE SIGLAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
AMPAVA	Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo
ANF	Associação Nacional das Farmácias
BRT's	(Bus Rapid Transit), ou Transporte Rápido por Ônibus
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
COHRE	Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos
DEM	Democratas
ESTA	Empresa de Saneamento Territorial Agrícola
GTAPM	Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Parceria Público-Privada
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO	15
1.1 Gentrificação nos Jogos Olímpicos	17
1.2 Gentrificação e o direito à cidade	18
2 MEGAEVENTOS E AS TRANSFORMAÇÕES DO RIO DE JANEIRO	20
2.1 Cidade mercadoria	20
2.2 Promessas, estrutura e legado	24
2.3 Marketing Territorial	26
2.4 Identidade: fator de diferenciação	27
2.5 Construção da marca cidade	29
3 OS JOGOS OLÍMPICOS E A DESAPROPRIAÇÃO DA VILA AUTÓDROMO	34
3.1 Histórico Zona Oeste	35
3.2 Barra da Tijuca: o coração dos Jogos Olímpicos	41
3.3 O caso da Vila Autódromo: a construção de um símbolo de resistência	42
3.4 Identidade e sentimento de pertencimento	49
3.5 A perspectiva social da propriedade	52
4 ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO JORNAL O GLOBO	54
4.1 Agenda-setting	54
4.1.1 Framing	57
4.1.2 Associação	57
4.1.3 Relevância	58
4.2 Antropologia social	59
4.2.1 Famílias/Moradias x Prefeitura/Prefeito	61
4.2.2 Vila Autódromo X Parque Olímpico	63
4.2.3 Direitos Humanos x Jogos Olímpicos	65
4.2.4 “Remoção/Desapropriação” x “Transformações/Legado/Megaeventos”	66
4.2.5 Resistência x Diálogo/Transparência	72
4.2.6 Indenização x Investimento	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXO A - Levantamento sobre a Vila Autódromo - Jornal O Globo	83
ANEXO B – Questionário	88

INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 2010, o Rio de Janeiro sediou eventos de grande porte e notoriedade internacional, tais como a Copa das Confederações de Futebol, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos, em 2016. Esses megaeventos trouxeram como previsão uma profunda reestruturação urbana. Por envolver grande quantidade de recursos financeiros, tanto estaduais quanto federais, acarretam mudanças na vida da população, que sofre com as desigualdades socioespaciais existentes.

A desapropriação, fenômeno que vem ganhando volume em decorrência dos megaeventos, é o destaque do presente estudo. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, vivemos no período histórico com o maior número absoluto de remoções na cidade, ultrapassando os governos de Carlos Lacerda (1961-1965; trinta mil remoções) e de Pereira Passos (1902-1906; vinte mil remoções)¹, que sempre foram os principais representantes dessa política. No segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (PMDB), a quantidade de pessoas removidas ultrapassou setenta mil pessoas.

O recorte desse estudo será concentrado sobre a Vila Autódromo, comunidade localizada em Jacarepaguá, mais especificamente entre o Parque Olímpico — que reuniu as principais atividades da Rio de 2016 — e a Lagoa de Jacarepaguá, no meio do gigantesco canteiro de obras que se tornou a Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde milhares de pessoas saíram de suas casas em virtude da organização do evento. O bairro de Jacarepaguá, por sua vez, compõe a Barra Olímpica², região em ampla expansão urbana, que recebeu a maior fatia do investimento em função das Olimpíadas.

A Vila Autódromo nasceu como uma comunidade de pescadores nos anos de 1960, época em que a Zona Oeste do Rio de Janeiro era praticamente deserta, sem os condomínios de luxo e shoppings centers de hoje. Apenas a partir dos anos de 1990, durante a gestão do Prefeito César Maia (DEM), a comunidade passou a conviver com a constante ameaça de ser removida, por causa sua posição

¹ Dados divulgados no sítio eletrônico de El País Brasil, em 5 de agosto de 2015.

² Barra Olímpica: proposta de novo bairro, chamado Barra Olímpica, que abrangeria, entre outras áreas, a Vila do Pan, o Rio 2, o condomínio Cidade Jardim, a Vila Autódromo e o Riocentro. O projeto de lei 807/2010, em tramitação na Câmara de Vereadores, existe desde de 2010.

geográfica, desejada pelo setor imobiliário³. Portanto, por se tratar de uma comunidade que sofreu diversas remoções e desapropriações, realizadas em função das Olimpíadas, a Vila Autódromo foi escolhida como recorte para essa dissertação.

Somente entre 2009 e 2013, 20.299 famílias (cerca de 67 mil pessoas) ⁴foram removidas — indenizadas ou reassentadas — de suas casas pela Prefeitura, devido às recentes intervenções urbanas ou sob o argumento de que moravam em zonas de risco, segundo os dados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), apresentados no livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico (Mórula Editorial), de autoria de Lucas Faulhaber, arquiteto e pesquisador da UFRJ, e da jornalista Lena Azevedo.

O projeto tem como objetivo analisar as representações midiáticas a respeito das desapropriações que ocorreram na Vila Autódromo, visando analisar especificamente o enquadramento a respeito dessa problemática apresentado pelo Jornal O Globo. Apesar da notória tensão entre os discursos e reivindicações da comunidade da Vila Autódromo e as versões oficiais das autoridades, veiculadas muitas vezes pelos canais de mídia de massa – como o citado Jornal O Globo –, optamos pelo posicionamento crítico acerca unicamente das versões oficiais e midiáticas desse processo. Assim, pretende-se uma compreensão crítica das motivações político-econômicas e suas consequências sociais, bem como do fenômeno como um todo, a partir das informações que foram apresentadas em grande escala para a população.

No primeiro capítulo, será apresentado o fenômeno da gentrificação e as suas consequências econômicas, sociais e financeiras, tratando brevemente os eventos que aconteceram no Brasil e no mundo como resultado das Olimpíadas.

No segundo capítulo, serão apresentadas as transformações pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro, em função dos megaeventos na última década, com ênfase nos eventos esportivos, principalmente as Olimpíadas. Esse capítulo trará uma visão teórica e mercadológica desses acontecimentos, que envolveram estratégias de marketing, interesse e especulação por parte de grandes empresas, isenções fiscais, dentre outros aspectos.

A base bibliográfica para a construção desse capítulo será a obra da autora Fernanda Sanchez, em específico no que tange às transformações da cidade; os

³ Dados divulgados no sítio eletrônico de El País Brasil, em 5 de agosto de 2015.

⁴ Idem.

autores Ricardo Freitas, Flávio Lins e Maria Helena Carmo, organizadores do livro “Megaeventos, comunicação e cidades”, que trata da complexidade e das manifestações decorrentes desses eventos – corrupção, gentrificação e violação de direitos básicos, como a moradia; e a autora Beatriz Jaguaribe, a partir de seu enfoque sobre o branding contemporâneo da cidade do Rio de Janeiro enquanto “cidade maravilhosa” e suas reinvenções traçadas para as Olimpíadas de 2016.

O terceiro capítulo entrará no tema principal dessa dissertação: a desapropriação que ocorre em função dos megaeventos, com foco na Vila Autódromo, que sofreu os efeitos diretos da realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Para embasar essa história, apresentaremos um pouco do histórico da Zona Oeste da cidade, por meio do livro “O Sertão Carioca”, de Magalhães Corrêa, além da biografia do historiador Milton Teixeira e do sociólogo Paulo Magalhães. Ainda nesse capítulo, será tratada a questão do sentimento de pertencimento dos moradores da Vila, a partir das ideias de Raffestin. A questão atinente à construção das identidades coletivas será abordada por meio do livro de Castells – “O poder da identidade” –, e a discussão acerca da apropriação do espaço e sociabilidade terá amparo em Mayol e Simmel, respectivamente, fechando as ideias transmitidas no capítulo.

O quarto capítulo será a análise de todas as publicações que saíram no Jornal O Globo, de 2011 até 2016, envolvendo a Vila Autódromo.

O quinto capítulo apresentará a conclusão, que responderá as hipóteses levantadas ao longo do trabalho, apontando qual a imagem construída por esse veículo para os cidadãos do Rio de Janeiro.

O interesse pelo tema foi despertado pelo testemunho direto das mudanças que ocorrem no Brasil em função dos megaeventos esportivos, com o conseqüente processo de desapropriação que tem atingido diversos estados. Por exemplo, observa-se como os bairros nobres vêm invadindo outros de classe média baixa, empurrando a população de baixa renda para locais cada vez mais distantes e precarizados.

Esse processo ainda vem sendo discutido, dividindo opiniões, e sendo visto como positivo por alguns políticos, empresários e, até mesmo, alguns acadêmicos – mas é criticado por cientistas políticos e pesquisadores. É importante que a população tenha uma visão crítica sobre a situação e entenda as transformações da cidade, principalmente em função desses grandes eventos. A gentrificação é um

fenômeno mundial, que ocorre, principalmente, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O problema de pesquisa desse estudo é entender: quais as representações sociais/ coletivas o Jornal O Globo construiu para os seus leitores a partir das matérias sobre a Vila Autódromo? Como essas representações foram construídas? Qual a imagem construída por esse veículo para os cidadãos do Rio de Janeiro?

A metodologia aplicada será a análise das principais palavras contidas no conteúdo dessas matérias, trabalhando essas palavras extraídas dos discursos em termos de suas oposições, baseado na metodologia aplicada por Gilberto Velho, no livro “A utopia urbana”.

A análise desse material pretende entender o que foi passado utilizando--se esse veículo de comunicação para a população, e qual a contribuição desse material para o entendimento dos acontecimentos por parte dos cidadãos.

Foram construídas três hipóteses e o objetivo desse trabalho é analisar qual a que mais se encaixa na imagem transmitida por meio do conteúdo desse jornal e da análise do discurso das entrevistas.

Primeira hipótese

O Jornal O Globo contribuiu com a percepção negativa dos seus leitores com relação à remoção da Vila Autódromo a partir de matérias que denegriam/ manchavam a reputação da política de desapropriação implantada pelo Prefeito Eduardo Paes. O jornal apresentou para a população os conflitos existentes entre Governo e moradores, mostrando a face oculta das Olimpíadas.

Segunda Hipótese

O Jornal O Globo ocultou a realidade vivenciada pela Vila Autódromo, atenuando os conflitos que estavam ocorrendo, na tentativa de resguardar a imagem do Prefeito Eduardo Paes e apresentar prioritariamente o legado da população a partir da construção do Parque Olímpico e da realização dos Jogos na cidade do Rio de Janeiro.

Terceira Hipótese

O Jornal O Globo concedeu espaço para a manifestação dos moradores da Vila Autódromo, mostrando os conflitos que estavam ocorrendo, mas também apresentou a posição do Prefeito Eduardo Paes, permitindo que ele pudesse apresentar a versão oficial da Prefeitura, e coube à população julgar os dois lados.

A análise de conteúdo focará no que foi dito e publicado nas entrevistas ou observado pela pesquisadora. Na análise do material, será empreendida uma classificação em temas ou categorias que auxiliem na compreensão crítica do que está subjacente aos discursos. O percurso da análise de conteúdo passa por variadas fontes de dados: cartas, notícias de jornais, entrevistas, discursos políticos, filmes, anúncios publicitários, relatos autobiográficos, relatórios oficiais, vídeos, fotografias, revistas, dentre outros.

Como afirmam Bauer e Gaskell, “é válido ressaltar o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica cujo intuito é produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva” (2002, apud SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 2). “Bardin ressalta a importância do rigor científico na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas e a determinação para descobrir o que é questionado” (1977, apud idem). “Nos últimos anos, a técnica tem conquistado grande desenvolvimento, tendo em vista o crescente número de publicações anuais” (SILVA; FROSSÁ, 2015, p.2).

Nesse trabalho, serão analisadas todas as matérias publicadas do Jornal O Globo acerca da Vila Autódromo no contexto das Olimpíadas. A data de publicação dessas matérias abrange um período que se inicia no ano de 2011 e vai até 2016. A classificação definida, no que se refere à análise do conteúdo, será pelo efeito do tipo de abordagem: se contrária à desapropriação da Vila Autódromo, favorável ou neutra, levando em consideração a intenção do jornalista e o grau de importância do tema (Vila Autódromo) na matéria (protagonista, compartilhada ou citação). Dessa forma, conforme previsto nesse tipo de análise, poderemos ter uma noção qualitativa e quantitativa do conteúdo transmitido pelo jornal à população, tanto de acordo com a relevância da matéria quanto da mensagem transmitida.

Também será realizada a análise do conteúdo da entrevista realizada com a Assessora Chefe de Comunicação, Thainá Halac, responsável pela aprovação do

conteúdo veiculado na mídia a respeito das principais obras olímpicas, dentre eles, o Parque Olímpico, local onde ficava a Vila Autódromo.

1 O FENÔMENO DA GENTRIFICAÇÃO

“A gentrificação foi um termo cunhado por Ruth Glass em 1964 e, desde então, passou por diversas flexibilizações, vindo de uma teoria fundamentalmente marxista até ser apropriado pelas teorias pós-modernas.” (RANGEL, 2015, p.1)

Essa citação nos parece a descrição de um processo de gentrificação muito similar a seu entendimento mais recente. Neil Smith, professor de Antropologia e Geografia da City University of New York, foi um dos sociólogos responsáveis por cunhar a expressão *gentrification* para designar os processos de valorização imobiliária e expulsão dos moradores originais nas experiências de renovação de áreas centrais.

Se a reestruturação que iniciou agora continua na sua atual direção, nós podemos esperar por importantes mudanças na estrutura urbana [...]. A conclusão lógica da reestruturação atual [...] seria a de um centro urbano dominado pelos profissionais-executivos, pelas funções financeiras e administrativas, residências das classes média e média alta e mais os serviços necessários a estas classes tais como hotéis, restaurantes, comércio, cinema e cultura [...]. O corolário disto seria um desalojamento substancial da classe trabalhadora para os velhos subúrbios e a periferia urbana. (SMITH, 1986, p. 32)

Podemos definir gentrificação como a alteração das dinâmicas da composição de uma região ou bairro, por meio do deslocamento de um grupo social por outro grupo em melhores condições econômicas, com diferentes padrões culturais. Essa alteração pode ocorrer, por exemplo, a partir da construção de novos pontos comerciais ou mesmo novos edifícios, os quais revalorizam a região, afetando a população de baixa renda local que, em função do aumento dos custos de bens e serviços, acaba muitas vezes se vendo forçada a migrar para outra localidade.

A gentrificação é um fenômeno antigo. Segundo Catherine Zacharias, em seu livro “De volta à cidade - dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos”, o termo foi criado por sociólogos ingleses da década de 1960, para analisar o processo de substituição das classes populares pelas classes médias e altas em bairros desvalorizados de Londres.

A palavra gentrificação, em sua origem, não tem tradução literal para o português. Advém do inglês *"gentrification"*. O termo *gentrification*, por sua vez, deriva de *"gentry"*, que significa “gentil”, “nobre”. Segundo Arantes, Vainer e Maricato, no livro “A cidade do pensamento único”, a palavra gentrificação deixa tão vexatoriamente sua intenção que costuma ser substituída por outras palavras, tais

como: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, dentre outras, utilizando o recurso do eufemismo (a suavização de ideia desagradável) para encobrir o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades.

Portanto, a gentrificação, cuja tradução aproximada em português seria “enobrecimento”, foi um fenômeno inicialmente observado no contexto urbano do mundo anglo-saxão, como apresentado nos textos de Smith, citados supra. Mais recentemente, contudo, vários estudos acadêmicos consideram que a gentrificação tenha se generalizado pelo mundo todo como uma das manifestações da globalização, apresentando-se de forma mais peculiar nas metrópoles latino-americanas.

Smith esclarece a existência de extensões centrais degeneradas como a chance para a obtenção de capital com o objetivo de se arrecadarem fundos, o que privilegiaria as atividades dos agentes do mercado imobiliário, no papel de especuladores, em particular do residencial, o que elevaria algumas áreas da cidade, tornando-se mais nobres, justamente devido aos investimentos nesse setor serem amplos, tanto advindos do setor público quanto do privado. Devido a esse fator, os valores sobem, atingindo classes mais abastadas, resultado de desigualdade no desenvolvimento, envolvendo uma distribuição também desequilibrada, gerando o fenômeno da gentrificação, em que os menos favorecidos são remanejados para áreas mais distantes dos grandes centros.

Naturalmente, portanto, esse processo resultaria na alta de aluguéis. Os trabalhadores desses centros, antes também habitantes, não conseguiriam arcar com os novos custos, agora intensamente elevados, e se sentiriam obrigados a migrar para regiões mais afastadas. No entanto, permanecendo como trabalhadores das regiões centrais, enfrentariam, ainda, o problema da mobilidade, já que o percurso para cumprir suas atividades, inevitavelmente, aumentaria tanto em distância quanto em valores. De qualquer forma, portanto, essa expulsão dos mais pobres os oneraria, seja financeiramente, seja no prejuízo à sua qualidade de vida.

Nesse sentido, Smith caracteriza os termos eufemísticos (“revitalização”, por exemplo) como amenizadores de opiniões contrárias à gentrificação, gerando a impressão de que o espaço social estaria sendo distribuído de forma democrática, camuflando-se a realidade excludente e segregadora do processo.

Os que defendem esse movimento de expulsão o fazem sob a justificativa de desenvolvimento econômico dos espaços sociais, o que necessitaria de certa “limpeza” dos que se encontram à margem da sociedade, ou que assim são considerados pelos grupos mais favorecidos. Dessa forma, o direito de se usufruir dos espaços urbanos estaria longe de ser uma garantia à coletividade, mas de uma minoria dominante e detentora de alto poder aquisitivo, em conseqüente detrimento das classes sociais mais humildes.

Naomi Klein (2008) chama de “doutrina do choque” o momento em que um grupo de força (política, cultural, econômica) capacitado para realizar mudanças se apropria de um momento extremo (tsunami, atentado terrorista, guerra) para utilizar esse poder e transformar um determinado espaço a seu favor.

1.1 Gentrificação nos Jogos Olímpicos

A gentrificação é um fenômeno mundial e, no contexto de um evento de grande porte, como as Olimpíadas, existe uma especificidade nesse processo, pois os Jogos, muito frequentemente, servem de pretexto ou catalisador da gentrificação, com grandes territórios – nos locais designados para os eventos – sendo delegados a uma autoridade de planejamento para controle e reorganização, donde resultam as mudanças aqui observadas.

Como em qualquer outra grande metrópole, esses processos também ocorrem no Rio de Janeiro e estão em evidência em função do grande número de megaeventos que estão ocorrendo nesta década.

Muitos cariocas foram removidos de suas casas ao longo dos preparativos para os Jogos Olímpicos.

É difícil precisar o número daqueles que foram obrigados a trocar de moradia em função da mudança do patamar de custos e outros fatores associados à gentrificação, assim como associar o transferência de uma pessoa ou uma família a um megaevento especificamente. Muitas vezes a gentrificação ocorre devido a um acúmulo de motivos e historicamente podem atingir um número mais substancial de pessoas do que as desapropriações tidas como violentas.

Nos Jogos de Seul, em 1988, foi o primeiro caso de um megaevento onde as remoções da população se tornaram um grande problema. De acordo com um relatório acerca do efeito de megaeventos sobre habitação, realizado pelo

Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE), Centro pelo Direito à Moradia e Remoções, em 2003, 720.000 moradores foram removidos na preparação para o evento, principalmente nas mãos do ditador coreano General Chun Doo-hwan.

No caso de Pequim, muito moradores foram removidos na preparação para os Jogos Olímpicos, em 2008. O COHRE estimou que, até 2004, 300 mil moradores da cidade tinham sido removidos, com descrições das táticas violentas usadas pelos esquadrões da demolição.

Em Londres, cerca de 450 inquilinos foram removidos do conjunto habitacional Clays Lane, no leste da cidade. Em comparação com o Rio de Janeiro, onde 77.206 pessoas foram retiradas de suas residências entre os anos de 2009 e 2015, de acordo com o recém-lançado dossiê sobre as violações de direitos humanos relacionados com os Jogos Olímpicos de 2016.

Durante esse período de preparações para os Jogos Rio 2016, vimos uma das maiores campanhas, na história, de remoção em um país democrático, mas também uma mudança mais insidiosa na cidade, garantindo que os pobres sejam ainda mais excluídos de áreas da cidade e, em alguns casos, forçando-os a deixar a cidade inteiramente.

Os Jogos Olímpicos foram utilizados pela Prefeitura do Rio para remover os pobres de seus centros urbanos, tanto se utilizando de remoções de comunidades, como a Vila Autódromo.

1.2 Gentrificação e o direito à cidade

A gentrificação, processo menos visível que a desapropriação, é muito mais comum no Brasil. O aumento da prosperidade econômica de uma cidade é muitas vezes aclamado como uma razão para sediar os Jogos Olímpicos.

Uma parte irrisória da riqueza produzida pelas Olimpíadas é destinada para a melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados, da população do país, ao contrário disso, a riqueza é criada, muitas vezes às custas da população mais carente. Uma das formas é através do aumento do valor da propriedade, ocasionando a retirada dos menos favorecidos que passam a não poder pagar o aluguel. Como exemplo disso, podemos citar o exemplo de Sydney, onde os aluguéis subiram em até 40% durante os preparativos até aos Jogos de 2000; os aluguéis, em Salt Lake City, subiram antes e depois dos Jogos Olímpicos de 2002;

em Vancouver, foi uma parte explícita do planejamento olímpico a regeneração do Downtown Eastside; e, em Londres, os Jogos Olímpicos agravaram a crise de habitação pré-existente na cidade – os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, exacerbaram esse problema, apesar de ter sido vendido à população como uma solução.

Essas políticas de exclusão intencionais violam o direito à cidade, iniciadas pela prefeitura como parte dos preparativos olímpicos. Outro sintoma é a remoção ou restrição de espaço público, controlando o espaço para que apenas determinados grupos (ou seja, aqueles com dinheiro) possam acessar esses espaços. A área ao redor do estádio olímpico em Atlanta, sede dos Jogos de 1996, tornou-se o *Centennial Olympic Park*, que foi vendido para moradores como um espaço público aberto.

Vancouver é um outro exemplo desse tipo de política, uma área pantanosa chamada Eagle Ridge Bluffs foi substituída por uma autoestrada para Whistler, onde ocorreram os eventos de esqui. Camadas inteiras da população de Londres, foram forçadas a deixar a cidade, por não conseguir mais assumir o custo de moradia. No Rio de Janeiro, espaços públicos relevantes estão sendo transformados em espaços privados, como exemplo podemos citar o campo olímpico de golfe, em Marapendi e o Parque Olímpico, que se tornou propriedade dos empreiteiros responsáveis onde provavelmente construirão habitações de luxo.

Em Atlanta, cerca de 30 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas no centro da cidade devido ao aumento dos aluguéis. Para muitas pessoas desabrigadas foram dadas as opções de deixarem a cidade ou serem presas e, desse modo, as ruas estariam “limpas” durante os Jogos.

Em Vancouver, moradores – principalmente na área de Downtown Eastside – foram incomodados pela polícia por andarem de skate, enquanto o COI tentava adicionar skate no programa dos Jogos Olímpicos. Esses exemplos retratam a diferença entre o crescimento, o desenvolvimento de uma cidade e o fenômeno da gentrificação: o primeiro visa melhorar uma área, incluindo a melhoria na qualidade de vida dos moradores existentes, enquanto o segundo melhora uma área, através de uma solução rápida de substituição dos moradores por outros, mais abastados.

2 MEGAEVENTOS E AS TRANSFORMAÇÕES DO RIO DE JANEIRO

2.1 Cidade mercadoria

Uma das reflexões contemporâneas em torno das cidades e dos espaços urbanos surge da questão de que “o mercado domina a cidade” (ROLNIK, 2001, p. 29) por meio de práticas que são comuns à iniciativa privada (organizações), como é o caso do marketing e do planejamento estratégico, conceitos usados na administração pública. O problema da aplicação generalizada da ideia de criar cidades ou espaços modelos é que os interesses coletivos ficam em segunda instância em comparação com os interesses privados hegemônicos.

A sociedade contemporânea busca conceber modelos ideais (sejam de produtos ou de cidades) ancorados em casos de sucesso, generalizando-os e transformando-os em um padrão que possa ser aplicado a outros contextos (no caso em estudo, a outros espaços urbanos), sem precisar considerar suas particularidades locais (HARVEY, 2005).

Este panorama evidencia a transformação do espaço urbano em uma imagem conotativa, na qual “[...] tudo é objeto de consumo estético e contemplativo” (SÁNCHEZ, 1999, p. 7), que incentiva a redução da cidade ao cenário dos espetáculos (CANCLINI, 2008, p. 19) e este ao “[...] predomínio do marketing e à captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos”. Essa forma de agir (re) define a cidade, seus espaços e suas interações. Quando a terra se torna uma mercadoria, ela passa a ser divulgada amplamente para ganhar maior valor financeiro de mercado, exigindo a ampliação de um ciclo de novidades a esses produtos. Ao mesmo tempo, há um distanciamento das relações sociais no espaço urbano a qual contradiz a lógica da cidade, oriunda da ideia de ponto de encontro.

Nesse contexto de “cidade mercadoria”, é preciso destacar a ascensão dos megaeventos que, a partir dos anos 90, ganharam destaque, principalmente no Rio de Janeiro. Para compreender esse processo, faz-se necessária a apresentação de uma definição de megaevento. Segundo Roche (2001), seriam eventos de grande porte, de importância cultural, comercial e esportiva e que, além disso, possuem um simbolismo internacional e um forte engajamento popular.

A realização de megaeventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos políticos na busca de maior atração de capitais, uma vez que eles

conferem uma imagem positiva e qualificada para as cidades em que são realizados. Os governantes transformam a cidade em produto, que atrai cidadãos-consumidores.

Os impulsos coercitivos de um megaevento acabam sendo suas próprias reverberações que acontecem, em geral, na mídia (FREITAS, 2011). Freitas (2008), afirma também que os megaeventos fazem parte do imaginário urbano, redesenhando a cidade e se inscrevendo na vida cotidiana.

[...] algo único, dramático e, literalmente, extraordinário. Ou seja, eles prometem modernidade, a ocorrência (e, ironicamente, também o controle) de carisma e aura em um mundo muitas vezes aparecendo como excessivamente racionalista e desprovido de dimensões como o mundo da vida cotidiana e sua mundanidade. Além disso, em seu calendário, os ciclos dos megaeventos ofertam modernidade, uma visão de previsibilidade e controle sobre o tempo, sobre o ritmo e a direção da mudança, num mundo onde as mudanças sociais, tecnológicas, ecológicas e outras, muitas vezes podem parecer "fora de controle". (ROCHE, 2000, p. 7-8)

Castells salienta que megaeventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, são desejados pela população, mas a exposição pública das negociatas e do desperdício de dinheiro público levou os brasileiros ao esgotamento: a alegria de ter a Copa do Mundo de futebol no Brasil e de a seleção canarinho volte a vencer converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, do qual participaram empresas de construção, federações esportivas nacionais e internacionais, além de administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas.

A explosão de sentimentos que ocorre nas arenas durante os megaeventos, ocorre também fora delas, gerando grande impacto para as cidades-sede. As interferências no cotidiano das cidades e na vida da população, o legado material e imaginário desses megaeventos são motores de transformação social. A população espera que a "mágica" desses eventos, seja replicada na cidade, como sugere esses momentos. Assim, as insatisfações e a polêmica se fizeram presentes – e suas consequências são sempre imprevisíveis.

A preparação para receber tais eventos provocou mudanças profundas na forma de pensar e planejar a cidade. O livro "O Jogo continua: Megaeventos esportivos e cidades", organizado pelos professores Gilmar Mascarenhas, Glauco Bienenstein e Fernanda Sanchez, procura analisar os diversos impactos que esses megaeventos impõem às suas cidades sedes a partir do caso do Rio de Janeiro.

Os investimentos bilionários para receber os megaeventos esportivos se justificam pela possibilidade de atrair investimentos privados e melhorar a infraestrutura local. A perspectiva de se organizarem tais eventos se anuncia como uma oportunidade ímpar de reaquecer a economia e reforçar a imagem internacional da cidade que os abriga. Constata-se, segundo os autores, “a dimensão simbólica adquirida por tais eventos, capazes de atrair as atenções em todo o planeta, promovendo fantásticos rituais periódicos, sem parâmetros de comparação com nenhum outro fenômeno social.” (p.17).

O olhar histórico do movimento olímpico permite situá-lo em contextos políticos e sociais mais amplos, que ultrapassam largamente os interesses esportivos em jogo. Realizar esses megaeventos tem significados que vão muito além do esporte: ao longo da história, não só os Jogos Olímpicos e a Copa, mas também outros eventos esportivos internacionais foram se transformando em instrumentos de promoção econômica, impactando as cidades-sede, criando situações, no mínimo, controversas do ponto de vista do planejamento democrático, transparente e participativo.

A Segunda Guerra Mundial e, mais nitidamente, com o fim da Guerra Fria, a lógica comercial e corporativa passou a dominar a preparação das cidades para esses megaeventos, substituindo o confronto simbólico dos grandes blocos político-econômicos que os marcava desde os anos 1930. Mais recentemente, no bojo de políticas de empreendedorismo que marcaram as políticas urbanas na era da globalização neoliberal, os governos começaram a ver nos megaeventos esportivos internacionais uma oportunidade de colocar em prática processos de transformação urbana, como uma estratégia de atração de investimentos e reposicionamento das cidades por meio de sua renovação. Barcelona inaugura mais claramente essa estratégia ao realizar os Jogos Olímpicos de 1992, implementando o duplo projeto de modernizar sua infraestrutura e promover uma nova imagem pública, pós-industrial, da cidade.

A realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro está relacionada a um projeto que nasce a partir do Plano Estratégico da Cidade, elaborado sob consultoria catalã, cujo objetivo central é tornar o Rio de Janeiro uma metrópole empreendedora e competitiva, mediante a promoção de grandes eventos esportivos, sob a justificativa de que eles constituem uma grande oportunidade de atração de investimentos; geração de emprego e renda; construção de um

importante legado urbano; além de representar uma oportunidade única de projetar a imagem da cidade e, conseqüentemente, do Brasil para o mundo.

Sediar megaeventos, principalmente os esportivos, passou a ser considerado como importante catalisador de transformações nas cidades, com o fluxo de investimentos que sua organização atrai, da atenção midiática que recebe e do contingente de indivíduos que são envolvidos pelo espetáculo. Com essa lógica, para Debord (1997, p.17), “o espetáculo é a principal produção da sociedade atual”, e para Sanchez (2003), a noção de cidade-espetáculo, “para explicar algumas das práticas materiais e simbólicas por meio das quais são construídos os processos de renovação urbana, mostra a tendência à espetacularização da experiência urbana” (SANCHEZ, 2003, p. 537).

“Os megaeventos fazem parte do imaginário urbano, redesenhando a cidade e se inscrevendo na vida cotidiana. Esse estar presente na vida do dia a dia contribui para que a cidade seja suporte comunicacional para a publicidade e o marketing, potencializando negócios em diversos segmentos” - Freitas (2008)

Segundo Philippe Bovy: o megaevento não se restringe ao número de participantes nem ao seu impacto na mídia, mas destaca o aparato que requerem. Segundo ele, são eventos temporários, com duração de dois dias a seis meses, que pressionam a logística da cidade (“como transporte, aeroportos, energia, acomodações, segurança, hospitalidade global, imagem da Cidade”) e exigem que todas as estruturas efêmeras sejam entregues a tempo, sem possibilidade de adiamento. Além disso, estão sujeitos a uma grande cobertura midiática em nível mundial, convertendo as sedes em cidades mundiais (BOVY, 2009, 8-9).

Na contemporaneidade, os eventos, principalmente os esportivos, tornaram-se megaeventos que vêm possibilitando a renovação de centros urbanos, com megaprojetos os quais associam a urbanização do espetáculo à realização dos megaeventos, que são catalisadores de investimentos e lucratividade. Sem dúvida, organizar megaeventos esportivos tornou-se, neste início de século, uma meta explícita de política pública no Brasil” (MASCARENHAS et al. 2011, p. 18).

Os eventos olímpicos modernos se tornaram oportunidades para a realização de transformações urbanísticas. No ano de 2010, a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Megaeventos (como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016) é um exemplo das transformações do espaço da construção e da modificação de infraestrutura relacionada à mobilidade urbana, a fim de melhor

receber os importantes eventos esportivos e as modificações na cidade, não somente no que tange ao sistema de transportes, mas também à questão imobiliária e à vida dos moradores da região.

Assim, criou-se a ideia de que um megaevento esportivo poderia ser catalisador de transformações urbanas. São outros exemplos desse processo: França (1998), com a Copa do Mundo da FIFA; Salt Lake City (2002), com os Jogos Olímpicos e Olimpíadas de Inverno; e Atenas (2004), com as Olimpíadas. “Trata-se da 'cidade-mercadoria', da 'cidade-empresa', que deve ser gerida como tal” (MARICATO, 2014, p.20). Partimos do pressuposto de que as cidades são reinventadas a partir do que elas têm a oferecer e que são levadas a buscar nelas algo para ser vendido, num mercado que é extremamente competitivo.

Butt (2010) destaca que megaeventos só geram soluções para as cidades/países sedes se fizerem parte de uma estratégia a longo prazo, salientando que não há soluções rápidas e que as consequências podem se prolongar por muito tempo, ou seja, os megaeventos não têm o poder de mudar a realidade se não fizerem parte de um projeto amplo de reformas urbanas e sociais.

2.2 Promessas, estrutura e legado

Para receber eventos dessa magnitude, a cidade sede deve apresentar previamente alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si ou se comprometer a construí-los, tais como centro de convenções e hotéis, além de uma adequada infraestrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes para o evento.

A cidade-sede deve passar por um “urbanismo olímpico”, ser dotada de instalações específicas, que atendam os padrões normativos internacionais. Podemos citar como exemplo: alojamento para atletas e outros membros envolvidos, além de expansão ou melhorias em sua infraestrutura geral, ou seja, um amplo conjunto de intervenções urbanísticas.

Equipamentos esportivos e demais intervenções urbanas contribuíram para acirrar as disparidades socioespaciais, pois concentrou investimentos em áreas nobres, contribuindo para a consolidação de um modelo de cidade excludente e segregador. A gestão da cidade buscava atender os “interesses empresariais, concentrando em área nobre (no entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas.” (MASCARENHAS, et al. 2011, p. 42).

A partir da emergência de se modernizar a cidade e transformá-la em objeto de desejo para o mundo, os agentes responsáveis pelas modificações urbanas focam suas intencionalidades e analisam a construção da cidade como mercadoria e vitrine para o resto do mundo. Esses novos simbolismos influenciaram diretamente a vida dos moradores de longa data da Zona Oeste e as suas expectativas idealizadas para o futuro.

Os Jogos (Copa do Mundo e Olímpicos) foram apresentados como um dos projetos de maior repercussão urbana no Brasil, uma oportunidade de reestruturação da cidade. Os estudos encomendados pelas cidades candidatas apresentaram dados e dimensões econômicas tão positivas que serviram de base para justificar os investimentos públicos, porém, a análise de eventos passados que, não confirmam as previsões iniciais e as cidades-sede acabam ficando com um legado de dívidas. O Rio de Janeiro, considerada a cidade dos megaeventos, cabe refletir se esses investimentos servirão como reais indicadores de desenvolvimento da cidade.

O “inchaço imobiliário” que ocorreu, com a projeção do Rio como a cidade modelo de desenvolvimento, se dá de forma rápida e intensa na Barra da Tijuca, mas, principalmente na Baixada de Jacarepaguá e adjacências. Cabe refletir o desfecho desse “boom” imobiliário e as intenções mercadológicas por ocasião de todos os eventos ocorridos.

Mascarenhas (2007) salienta que é perceptível que tais eventos visam muito mais que ao interesse esportivo “(...) os países que almejam sediá-los buscam também notabilidade mundial, pujança turística e econômica”. O governo (Municipal, Estadual e Federal) estão unidos no propósito de tornar o Rio de Janeiro uma cidade “vitrine”, atraindo, dessa forma, investimentos financeiros para a cidade que, igualmente às obras de infraestrutura em andamento, só vão beneficiar locais de interesses das classes dominantes, gerando o aumento da valorização fundiária em áreas nobres, em detrimento de áreas menos favorecidas e da população pobre que ocupa esses espaços. Os projetos, aparentemente bem-sucedidos (Copa de 2014 e e Olimpíadas de 2016), geraram sérios problemas sociais e econômicos, como o aumento da desigualdade - há uma separação (simbólica, imaterial e material) entre a riqueza e a pobreza, um desenvolvimento desigual da cidade, onde observamos um centro renovado, cercado por um mar de pobreza crescente.

As transformações que ocorreram nos bairros da Zona Oeste ocasionaram melhorias para a população, melhorias na estruturação imobiliária e áreas de lazer para atrair a população para essa região, porém, gerou contradições que vêm impactando socialmente e ambientalmente esse território. Entretanto, cabe a nós, questionar se esse suposto desenvolvimento, de fato, irá trazer benefícios para a população.

2.3 Marketing Territorial

A marca possui um peso cada vez maior no processo de decisão, chegando a se tornar um dos mais importantes ativos de algumas organizações. O Marketing Territorial, bem como a marca cidade, pode tornar-se uma mais-valia na competição entre cidades. Partindo-se de uma análise da marca, como fator de diferenciação e valorização dos produtos e serviços, iremos refletir sobre as especificidades da marca cidade e a forma de sua construção.

O marketing urbano tem a função de planejar ações e estratégias (KOTLER; KELLER, 2006) para que uma cidade atinja objetivos propostos, considerando o mercado em que está inserida e não necessariamente o aspecto voltado ao social (VAINER, 2002). Essa promoção da cidade (como também é chamado o marketing urbano) pode ocorrer em diversas escalas: local, regional ou global e é feita a partir do arranjo de forças entre Poder Público e privado no qual há “[...] uma clara confluência de interesses entre o governo da cidade e os setores empresariais” (SÁNCHEZ, 1999, p. 5).

Muitos investigadores e profissionais de marketing tratam hoje os países, regiões ou cidades como meros produtos (Kotler & Gertner, 2002; Morgan, Pritchard, & Pride, 2004; Kavaratzis & Ashworth, 2005), pois, apesar da sua complexidade, a sua gestão pode assemelhar-se à das empresas, competindo no mercado por turistas, fábricas, negócios e pessoas (Kotler & Gertner, 2002). O marketing é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países, sendo o marketing territorial, capaz de influenciar as políticas dos países e a tomada de decisões importantes pelos governantes e demais líderes.

A promoção dos lugares é, há muitas décadas, uma tarefa levada a sério pelos responsáveis pelos governantes. Como produtos ou serviços, os territórios competem entre si por esses recursos, pretendendo que o seu nome se destaque junto aos consumidores, buscando um lugar especial nas mentes dos mesmos.

Segundo Kavaratzis & Ashworth (2005), há muito que os lugares sentem a necessidade de se diferenciarem entre si, no sentido de afirmarem a sua individualidade na persecução de objetivos econômicos, políticos ou sócio psicológicos.

O marketing territorial apresenta-se como uma ferramenta para desenvolvimento econômico e competitividade local (Metaxas, 2002), que visa à criação deliberada de uma identidade ou sentido desse mesmo lugar (Iversen & Hem, 2008).

Kotler et al. (1993) refere-se ao marketing territorial como a análise de oportunidades, de forma a desenvolver e planear programas e gestão do esforço de marketing com vista ao seu aproveitamento por parte dos lugares.

2.4 Identidade: fator de diferenciação

Existe uma quase unanimidade entre os autores que têm refletido sobre a competição entre lugares, associando-a com as mudanças ocasionadas pela globalização, intensificada nas últimas décadas, alterando o perfil e a competitividade entre diferentes regiões do globo. A competitividade entre as diferentes regiões, países ou cidades dependem de numerosos fatores, tais como a sua dimensão, localização geoestratégica, economia, mas também das políticas e estratégicas de gestão adotadas pelos diferentes governos locais (Metaxas, 2002).

A definição da identidade de um determinado lugar torna-se fundamental para a seleção de sua aparência, serviços e mensagens consistentes, com o intuito de se reforçar a identidade escolhida. De fato, a cultura, e conseqüente identidade organizacional, são os verdadeiros pilares em que assenta a atividade de construção de uma marca por parte de uma qualquer entidade.

Segundo Castells (2002), no livro "O poder da identidade", identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes. Não se deve confundi-la com papéis, pois estes determinam funções, e a identidade organiza significados. A construção da identidade depende da matéria prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade. Há uma distribuição entre três formas e origens de construção de identidades:

- Identidade legitimadora: introduzida pelos dominantes para expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- Identidade de resistência: criada por atores contrários à dominação atual, criando resistências com princípios diferentes ou opostos à sociedade;
- Identidade de projeto: quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.

Cada tipo de identidade leva a resultados distintos: a identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições; a de resistência forma comunidades, além de formas de resistência coletiva a alguma opressão; e as de projeto produzem sujeitos, atingindo seu significado pela sua experiência. No caso da Vila Autódromo, a partir do confronto com a Prefeitura do Rio de Janeiro para se manter, criou-se uma identidade de resistência, criada por atores contrários à desapropriação, com a finalidade de resistência à dominação, em que atores sociais constroem uma nova identidade, que busca transformação de toda a estrutura social. O autor entende que constituição de sujeitos, nesse processo de transformação social, ocorre de forma diferente que na modernidade, pois não são mais formados na sociedade, mas como prolongamento da resistência comunal das identidades de resistência.

A "identidade" é constituída pelo conjunto dos valores éticos e morais, princípios, crenças, políticas internas e externas, sistemas, e clima organizacional, que torna a organização única. Ou seja, uma série de regras que regulam a atividade de cada elemento dessa organização e a sua relação com os demais.

O marketing territorial tem sido utilizado por algumas cidades para reconstruir e redefinir a sua imagem, com uma estratégia alicerçada em atividades locais que refletem e reforçam essa mesma imagem (Paddinson, 1993). Os esforços de marketing territorial realizado pelos países, regiões ou cidades, se encontram ligados à definição e ao desenvolvimento de uma identidade própria, que visam tornar esse lugar uma referência mundial, no intuito de estar entre as principais escolhas dos consumidores

Assim, na era da "Cidade Empreendedora" de Hall & Hubbard (1996), a manipulação das imagens da cidade, culturas e experiências, constituem, provavelmente, o arsenal político mais importante para os governantes das cidades e seus parceiros.

Uma estratégia de marketing territorial vencedora, em primeiro lugar, deve-se ampliar os valores que tornam esse lugar especial, um único na mente dos consumidores. Com isso, os conceitos de planejamento, regeneração ou reabilitação, surgem muitas vezes aliados a estratégias de marketing e *branding* de lugares, com um esforço para manter essa identidade diferenciada.

Ou seja, o planejamento (e a conservação urbana) surge, antes de tudo, motivado pelo desejo de alcançar uma identidade distinta de outros lugares. Dessa forma, a renovação urbana deverá ter como pressuposto base a criação, a manutenção ou o reforço de uma identidade com os seus próprios valores experienciais, resultando uma marca original e impossível de cópia (Florian, 2004).

2.5 Construção da marca cidade

Uma das consequências do aumento das receitas geradas por patrocínio e direitos de transmissão é o crescente interesse de governos em receber os Jogos Olímpicos. A disputa entre sete cidades pela sede das Olimpíadas de 2016 contrasta com a situação que o Movimento vivencia no início dos anos 80. Com mais dinheiro a disposição, o COI decide mudar a fórmula da partilha de receitas. Até 1992, 70% da renda é destinada aos Comitês Organizadores; e 30%, para a família olímpica.

Há alguns anos, esportes entram no pacote de propriedades que tornam uma cidade mais atraente para seus moradores, investidores e turistas (BERG et alii, 2002, p.10). Ser sede de um evento como as Olimpíadas se torna uma grande chance de promover a cidade e aprimorar a imagem, além de virar atestado de competência para os governantes, pois, as cidades passam por uma série de reformas para criar infraestrutura necessária para receber delegações, milhares de atletas, veículos de comunicação e turistas. Portanto, ser a cidade-sede implica assumir uma grande responsabilidade, mas também é uma incrível chance de se projetar para o mundo.

A visibilidade internacional é fundamental para que uma cidade se insira no rol das “cidades globalizadas”. O megaevento constitui-se em publicidade praticamente gratuita de “venda” da cidade, servindo de vitrine, e não é por acaso. Um exemplo disso é a cidade de Barcelona, que consegue realizar diversas obras de urbanismo importantes sob o pretexto dos Jogos. O mundo inteiro reconhece a incrível metamorfose de Barcelona, que passa de cidade industrial portuária para um

atraente destino turístico e de negócios. Após a cidade catalã ser indicada como a próxima sede, um plano estratégico é montado pela prefeitura a fim de utilizar o evento como o primeiro passo para um objetivo maior: consolidar Barcelona como uma importante metrópole europeia. (BERG et alii, 2002, p.17).

Barcelona se transforma num lugar belíssimo e convidativo. Durante os Jogos Olímpicos, o mundo inteiro vê as imagens de uma cidade moderna e animada. Como resultado, nos seis anos que seguem as Olimpíadas, Barcelona experimenta um grande incremento no segmento de turismo. Entre 1992 e 1998, o número de visitantes e de pernoites quase dobra. Enquanto, entre 1990 e 1992, a maioria dos turistas vai à cidade a negócios, em 1998, 51,8% escolhem Barcelona como destino turístico de férias (BERG et alii, 2002, p.19).

A cidade de Barcelona é a primeira a levantar os padrões da identidade visual dos Jogos. Os Jogos de Barcelona acontecem num momento especial e a repercussão na mídia sobre as Olimpíadas de 1992 foi incrivelmente positiva. São os primeiros Jogos após o fim da União Soviética e a queda do muro de Berlim.

O mesmo não aconteceu com Atlanta, onde a ambição dos organizadores, que, estraga o clima de festa olímpica da cidade. Ao invés de cuidar da imagem da cidade, o Comitê Organizador e governo permitem que o centro da cidade se transforme num grande mercado, repleto de lojas, stands e camelôs.

Sidney e Atenas são motivo de orgulho para o Movimento Olímpico. Desde que Sidney se candidata, a Comissão Australiana de Turismo estuda todos os potenciais benefícios para abrigar os Jogos. A previsão de atrair 1,7 milhão de visitantes, entre 1997 e 2004, junto a 3,5 bilhões de dólares australianos, anima todos a produzir uma festa inesquecível (PAYNE, 2006, p. 193).

Atenas abraça a oportunidade ao ser apontada como sede dos Jogos de 2004. Nos anos que seguem à indicação, a organização sofre um verdadeiro ataque de críticas da mídia mundial. Ninguém acredita que as obras podem ser concluídas a tempo. A cidade não tinha qualquer controle sobre a publicidade nas ruas e sofre com a poluição visual. Além disso, camelôs ocupam todos os seus principais pontos turísticos.

Após alguns atritos, o espírito olímpico toma conta da Grécia a fim de mostrar ao mundo por que Atenas merece sediar as Olimpíadas, as publicidades ilegais foram removidas e após a cerimônia de abertura, os jornais de todo o mundo se desculpam.

As Olimpíadas representaram agentes de desenvolvimento das cidades que os receberam. Barcelona, Sidney e Atenas são exemplos de cidades que se transformaram e ganharam notável prestígio mundial a partir da realização dos Jogos. Espanha e Grécia se colocaram como países de grande potencial e Sidney posiciona a Austrália na rota de interesse turístico. A Oceania deixou de ser apenas a terra dos cangurus e se tornou roteiro de férias e intercâmbio.

No ano de 2007, a Austrália é considerada o país como a marca mais forte da atualidade pela consultoria FUTURE BRANDS, a partir de uma pesquisa, onde destaca os países que melhor “vendem” suas qualidades ao mundo. Espanha e Grécia também estão entre os primeiros da lista. As cidades-sede alcançam esse destaque, porque perceberem que é fundamental de se aliarem à marca olímpica. Como resultado, tornam-se cidades olímpicas inesquecíveis.

No caso do Rio de Janeiro, a representação dos espetáculos esportivos e a divulgação da imagem da cidade como a metrópole do futuro em processo de desenvolvimento servem para “regular” os problemas sociais que estão acontecendo em função da nova gestão territorial da cidade. Fernanda Sánchez (2001) afirma que a construção de uma imagem de uma dada cidade é sempre uma construção subordinada a um grupo social que domina a constante produção dos espaços, sendo que essa imagem procura mostrar que possui um lado social e cultural, por meio da revalorização de bairros étnicos e centrais, principalmente, para a atração turística.

A proposta de legados dos Jogos do Rio de Janeiro baseou-se muito na imagem da cidade e suas belezas naturais, além de estar bastante atrelada ao posterior impacto turístico do evento. A proposta foi a criação de novos cartões-postais para a cidade e, ainda que gerassem lucro, seriam limitados.

A cidade passou por diversos desafios. Foram levantadas questões sobre a capacidade de transporte, com críticos dizendo que as estradas congestionadas da cidade nunca seriam capazes de lidar com os visitantes extras. Alguns também estavam preocupados com o impacto que a mudança teria sobre os moradores de favelas, já que algumas delas foram “limpas” para dar lugar à nova infraestrutura. Menos surpreendente, dada a experiência de cidades-sede anteriores, muitos também achavam que os custos foram subestimados.

O ambicioso legado prometido era que, por meio de instalações esportivas e melhorias no espaço urbano, promoveria a redução das desigualdades sociais e o

estímulo à prática de atividades esportivas. Porém, o plano olímpico da cidade do Rio de Janeiro revelou uma forte ambiguidade na qualidade de grande projeto de desenvolvimento urbano. Podemos observar uma íntima relação entre os investimentos na área e os interesses dos agentes imobiliários. Os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, objetivaram mobilizar empresariados e cidadãos em torno de projetos que se autojustificam pelo anúncio de legados para a cidade e sociedade que os abrigam.

Na construção da imagem da cidade enquanto espetáculo, nota-se a crescente desconsideração com a identidade do lugar, em detrimento das ações do Poder Público. Mudanças na legislação consagram a paisagem como 'bem mais valioso da cidade' e mantêm o macrozoneamento que cristaliza as visões ideológicas excludentes, aumentando consideravelmente o potencial construtivo de bairros de baixa densidade, como os localizados na área de Jacarepaguá, tendo como justificativa a arrecadação via pagamento de outorga onerosa para a instalação de equipamentos olímpicos na região.

Essas áreas, social e ambientalmente frágeis e que, por tradição, são arraigadas de significados para a coletividade, sofreram mudanças significativas em seu conteúdo socioespacial. No mesmo ritmo em que foram realizados os investimentos públicos em infraestrutura urbana, de transportes e nas instalações esportivas, ocorreram vários episódios lamentáveis de violações de direitos básicos e de desrespeito à condição humana.

Nota-se isso pelas remoções que foram realizadas para dar lugar aos projetos elaborados. Um dos casos é o da Vila Autódromo, cuja remoção foi uma das ações prioritárias do plano de legado. Vale ressaltar que sua remoção contraria o Projeto Olímpico elaborado, que a mantinha tanto no projeto de realização dos jogos, quanto no projeto de legado.

As manifestações populares que ocorreram em junho de 2013 mostram que será preciso mais que uma maquiagem dos problemas para que a população os esqueça. Os Jogos Olímpicos foram utilizados como prova do desenvolvimento do país, como alavanca para sua imagem, quando deveriam juntar todas as suas forças para realmente alavancar seu desenvolvimento e sanar as necessidades mais urgentes das comunidades.

Realocação foi a solução dada para essa parcela da população que não serve à cidade olímpica, que deve permanecer bem longe, nos subúrbios, fora do alcance

da visão dos eventos. Mas o marketing não consegue sustentar uma imagem construída sobre base tão frágil, e, aos poucos, a cidade real se comina. É necessário mudar a realidade do Rio de Janeiro, não mascarar sua imagem. Para construir uma nova realidade social há muito trabalho pela frente, e este foi o momento em que houve recursos disponíveis para de fato se iniciar uma mudança profunda na cidade, mas eles foram drenados para obras de prioridade questionável ou para destruir a infraestrutura já existente, como no caso da Perimetral, sem qualquer debate público.

Dessa forma, os gastos estatais não somente criaram condições de infraestrutura para a reprodução do capital, como também oportunizaram a transferência direta de recursos e patrimônios públicos para a órbita privada. E é com esse olhar que encontramos o seu maior e pior legado, pois ficou provado que é possível transferir recursos públicos para a esfera privada, privilegiar as maiores empreiteiras do país, alargar as fronteiras de atuação do capital, diminuir os direitos sociais, agravar os conflitos urbanos, reduzir o grau de informação sobre as atividades públicas e aumentar a desigualdade social. De acordo com José Paulo Grasso, engenheiro e coordenador do Acorda Rio, “Como legado, foi deixado um rombo bilionário, que está sendo cobrado, junto à vergonha de termos perdido uma oportunidade única de nos reinventarmos, por total soberba administrativa”.

3 OS JOGOS OLÍMPICOS E A DESAPROPRIAÇÃO DA VILA AUTÓDROMO

Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, grande imprensa, políticos e diversos analistas ressaltaram as oportunidades da ampliação dos investimentos na cidade, destacando as possibilidades de enfrentamento dos seus grandes problemas, como o da mobilidade urbana e o da recuperação de espaços degradados para a habitação, o comércio e o turismo.

A Prefeitura do Rio de Janeiro desenvolveu e anunciou o projeto da Cidade Olímpica, com o objetivo declarado de integrar as diversas áreas da cidade, trazendo dignidade para sua população. Entretanto, o resultado atingido pelo projeto Cidade Olímpica avançou em sentido oposto ao da integração social e da promoção da dignidade humana. Os impactos das intervenções urbanas são de grandes proporções e envolvem diversos processos de exclusão social, com destaque para as remoções.

Durante esse processo de desapropriação em larga escala, muitos moradores de favelas e, até mesmo, de zonas nobres da cidade do Rio de Janeiro deixaram suas casas, devido à intervenção direta do Estado, em função das obras dos megaeventos esportivos. As Olimpíadas representaram uma enorme oportunidade para a reconstrução de grandes áreas nas cidades que as abrigam, sendo um veículo fundamental para esse tipo de modelo. Um relatório publicado em 2007 pelo Centro de Direitos de Moradia e Expulsão financiado pelas Nações Unidas (COHRE) concluiu que, entre 1988 e 2008, as Olimpíadas deslocaram mais de dois milhões de pessoas ao redor do mundo e são uma das principais causas da inflação imobiliária.

Em uma matéria para a revista *Cease*, em abril de 2012, o geógrafo econômico Ashok Kumar afirmou que essa é a verdadeira razão para as cidades licitarem para sediar as Olimpíadas, dizendo:

Qualquer leitura da história Olímpica revela os verdadeiros motivos de cada cidade hospedeira. É a necessidade de chocar, para acelerar a desapropriação dos pobres e marginalizados, como parte das maiores maquinacões de acumulação de capital. Os arquitetos deste plano precisam de um show espetacular, um dispositivo hegemônico para reconfigurar os direitos, as relações espaciais e autodeterminação da classe trabalhadora da cidade, para reconstituir para quem e para que finalidade a cidade existe. Ao contrário de qualquer outro evento, só as Olimpíadas fornecem esse tipo de oportunidade.

Olhando para Londres e, de igual forma, para Pequim, Barcelona e Atlanta, não foi possível sentir-se seguro sobre a hospedagem dos Jogos pelo Rio de Janeiro, especialmente levando-se em conta o tratamento histórico das autoridades do Rio em respeito aos seus pobres. Com a revelação de que 75% do Parque Olímpico do Rio de Janeiro seria vendido para interesses privados, e a insistência das autoridades sobre a remoção de Vila Autódromo e dezenas de outras comunidades em toda a cidade, o Rio de Janeiro pareceu destinado não só a repetir os próprios erros do passado como também os de todas as cidades olímpicas recentes.

A realização de megaeventos são ferramentas fundamentais para a atração de capital, justamente pela amplitude global que produzem e na venda da imagem das cidades.

Nesse caso, o Estado cumpre o papel de “esvaziar” essas áreas, removendo a população residente, que é vista como um entrave para o avanço urbano previsto para determinada área da cidade. Segundo Rodrigues (2013), estabelece-se uma priorização aos interesses privados de apropriação do espaço em detrimento da realidade social desses mesmos espaços e todos os problemas inerentes. Para essa mesma autora, ainda não se pode falar em participação social no Brasil quando o direito à moradia e o princípio da função social da cidade e da propriedade são alterados pelo urbanismo *ad hoc*, imposto por organizações privadas com claros interesses econômicos.

3.1 Histórico Zona Oeste

Na década de 60, quando o município do Rio de Janeiro ainda era estado da Guanabara, a região do Parque Olímpico era uma zona rural e sem infraestrutura urbana. A população dessa região era formada por pequenos agricultores e famílias de pescadores artesanais, que dependiam da lagoa para a sua subsistência. O processo de desenvolvimento urbano, ganhou força a partir da década de 70, onde lagoas foram parcialmente aterradas para a construção do Autódromo e o Riocentro. O Autódromo de Jacarepaguá foi um exemplo de loteamentos informais gerados pela falta de habitação regular na região, com preços acessíveis, conjugados à altíssima demanda por mão de obra, por conta dos empreendimentos em curso.

A região onde está localizada, o que restou da Vila era conhecido no passado por fazer parte do “sertão carioca”. A expressão deu nome a um livro que se tornou referência sobre aquele trecho do Rio de Janeiro, ao reunir uma série de crônicas escritas pelo naturalista autodidata Magalhães Corrêa para o jornal *Correio da Manhã* no início dos anos trinta, do século passado.

O livro descreve personagens e lugares que já existiram em Jacarepaguá. Barra e Recreio – o chamado “Sertão Carioca” da década de 30 – desapareceu, dando lugar a grandes condomínios fechados e canteiros de obras, principalmente nos anos que precederam à realização dos Jogos Olímpicos. O grande atrativo dessa região para os primeiros moradores, bem como para os primeiros empreendimentos, foi o isolamento. Hoje, porém, a Zona Oeste passa por uma expansão imobiliária impulsionada principalmente pelos megaeventos da última década.

Essa região da cidade, que antes era isolada e tranquila, tornou-se um centro urbano: o Parque Olímpico, por exemplo, está localizado no núcleo do “Sertão Carioca”. Mesmo assim, ainda fazem sentido, de certa forma, as palavras de Ricardo Palma, editor do *Diário Carioca*, no prefácio do livro citado: “Sim, embora o carioca da Avenida, do posto 4, dos chás e cinemas chics, fiquei espantado, existe, nesta sua maravilhosa terra um “sertão”, como na Amazônia, em Mato Grosso, em Goiás, em Minas, na Bahia. Embora menos bravo.”

Os “sertanejos cariocas”, de alguma forma, ainda existiam na Vila Autódromo, convivendo com grandes condomínios de prédios e com a expansão imobiliária impulsionada pelos grandes eventos — do Pan-americano de 2007 até as Olimpíadas de 2016. Como afirma a antropóloga Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos, do IESP, que tem estudado a formação da “Barra Olímpica”, em Curicica, a remoção da Zona Oeste possibilitou uma “urbanização bizarra”. “Não houve passagem da zona rural para a urbanização. A cidade brotou do nada”, conclui Mariana.

A relativa distância em relação ao centro urbano e os amplos espaços vazios teriam motivado o uso desse “sertão” por empresas de grandes eventos e espetáculos: Riocentro, *Rock in Rio*, Projac, estúdio da Record, Autódromo, Pan-americano e, agora, as Olimpíadas, sem falar nas dezenas de casas de show e grandes shoppings espalhados pela região.

É preciso viajar, no entanto, de volta no tempo, além de se buscar algum esforço de raciocínio para compreender plenamente o processo vivido pelo “sertão carioca”, que, ao longo de séculos, teve como marcas o isolamento e o sossego. De uns tempos para cá, ele se transformou na região que mais cresce do município, abrangendo uma grande fatia da Barra da Tijuca e da Baixada de Jacarepaguá. Essa região foi escolhida para a realização dos principais Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016, e a Vila Autódromo estava no centro das negociações - essa localidade foi a única remoção reconhecida pela Prefeitura como diretamente relacionada à realização das competições esportivas e seu exemplo demonstra a luta por uma cidade mais plural e democrática.

Se o “sertão carioca” hoje exhibe todas as virtudes e também alguns problemas típicos da metrópole – notadamente a alta concentração populacional em determinados pontos e o trânsito intenso – até a primeira metade do século XX, ele era conhecido como um plácido recanto rural de difícil acesso a partir do centro da cidade.

As áreas da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá sofreram poucas transformações ao longo de quase todo o século XX. Durante muito tempo, foi considerada uma região insalubre, coberta por pântanos, lamaçais e o paraíso dos mosquitos. Na década de trinta, a Prefeitura lançou uma frente de obras de saneamento na Zona Oeste, que contemplou a abertura de canais e a drenagem de alagadiços. Porém, não tocou no principal problema que impedia o desenvolvimento daquela terra isolada da cidade: o acesso.

Para se ter noção do distanciamento dessa região para o restante do Rio de Janeiro, quando, na década de cinquenta, o político Carlos Lacerda cogitou a construção de um estádio para a Copa de 1950 em Jacarepaguá, o compositor e deputado Ary Barroso foi contrário à ideia, dizendo que “todo mundo ia morrer de malária”. O historiador Milton Teixeira, autoridade em história do Rio de Janeiro, afirma que, somente com a construção da Autoestrada Lagoa-Barra, em meados dos anos sessenta, é que o carioca vai ter um acesso melhor àquela vastidão que era Jacarepaguá.

Sem acesso eficiente e desprovida de uma política ocupacional durante boa parte do século passado, a Barra da Tijuca ganharia um alento somente em 1969, quando foi concluído o Plano Lúcio Costa. Concebido pelo arquiteto que projetou Brasília, o projeto prometia uma reviravolta no bairro e em seus arredores. Tinha

como essência a abertura de vias para integrar a região e o desenvolvimento de um centro comercial dentro do bairro. De início, porém, o Plano não emplacou. A Barra ainda não era um lugar atraente, capaz de fazer o carioca trocar o endereço onde morava e se transferir para uma área inóspita, carente de serviços básicos e infraestrutura. Nessa altura, o que restava dos terrenos do Banco de Crédito Rural havia sido adquirido pela Empresa de Saneamento Territorial Agrícola (Esta), e depois negociado a um investidor tailandês, que se tornou proprietário de um grande pedaço do Recreio dos Bandeirantes. Outros empreendedores, como Sérgio Dourado, Múcio Athayde e Carlos Carvalho também adquiriram grandes extensões na Barra, onde ergueriam condomínios residenciais e comerciais.

O panorama, na verdade, começa a se modificar em meados dos anos setenta, quando os condomínios Nova Ipanema e Novo Leblon, na Avenida das Américas, introduzem um novo conceito de moradia. Dotados de pequenos centros comerciais, parques esportivos, áreas de lazer, academias e sistema de transporte próprio, com rotas para diversos pontos da cidade, esses conjuntos residenciais propiciavam a seu morador o conforto e a segurança de viver num mundo à parte, isolado dos transtornos urbanos. Sucesso de vendas, tais empreendimentos atraíram um grande número de cariocas, que se transferiram para lá com a família.

Eles detonaram o processo de ocupação maciça da região, que ganhou centros comerciais de grandes proporções, como é o caso do Barra Shopping, do New York City Center, do Shopping Recreio, do Village Mall e do Rio Design Center, para citar apenas alguns, e conjuntos residenciais de variados perfis. A região viu surgir também sub-bairros, como o Rio 2, em Curicica, e a Península, com seus aglomerados de prédios. Assim, o Rio de Janeiro via nascer um estilo de vida diferente do qual estava habituado, voltado para a vida dentro do condomínio e em que o comércio de rua dá lugar ao “bate-perna” por corredores fechados. Seja nos condomínios ou nos shoppings, vigorava a ideia de ter tudo ao alcance em um mesmo lugar.

A luta da Vila Autódromo começou na década de 90, quando se inicia a construção, na região, de grandes condomínios para população de alta renda, favorecidos por grandes investimentos públicos. Organizados na Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), os moradores conseguiram resistir à sucessivas tentativas de remoção e conquistaram, ainda nos anos 1990, do Governo do Estado, o título de Concessão de Direito Real de Uso, o

que lhes garantiu o direito a morar no local e usar a respectiva área por 99 anos. Contudo, as tentativas de remoção começaram também naquela década, com o então prefeito César Maia.

A pequena Vila estava localizada em umas das áreas mais novas do emergente mercado imobiliário da Barra da Tijuca. Em um local onde os serviços públicos eram oferecidos e resolvidos de maneira particular – seja nos enclaves da classe média ou nas vilas pelo mercado informal de segurança – a chegada dos serviços e da dita “expansão imobiliária” para a Zona Oeste, com quarenta anos de atraso, ignora e atropela um processo de urbanização que já vinha acontecendo durante todo esse tempo – de um local abandonado, a “Vila Autódromo” passa a ser um local disputado, atropelado por um processo de expansão da cidade que não reconhece a sua existência como cidade formal – e que, por fim, veio a ser desapropriado para obras que visariam facilitar o acesso ao principal local de competições, muito embora o governo estadual tenha emitido títulos de posse para os moradores nos anos 1990, como afirmamos supra, e o projeto original do Parque Olímpico preveja a permanência deles na região como parte do legado social do evento. E assim foi que a comunidade, com cerca de três mil habitantes, se tornou palco de um debate sobre as políticas públicas de habitação no Rio.

Em 2009, moravam na Vila Autódromo 824 famílias. Para a realização das obras de construção de via de acesso e recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa, 275 famílias teriam que deixar as suas casas. Para todas essas famílias, foram oferecidas as opções de apartamentos do Condomínio Parque Carioca — escolhidas por 268 delas — ou indenização. Assim, na grande maioria dos casos, os moradores saíram de construções irregulares, em condições insalubres, para os apartamentos do Parque Carioca.

A partir desse momento histórico, o tema da remoção voltou a ser uma questão debatida na grande imprensa, repercutindo na opinião pública e tornando-se objeto de resistências de grupos sociais, particularmente daqueles moradores e localidades objeto das ações de intervenção governamental. A temática da remoção voltou à agenda social e política da cidade.

O processo de remoção, como sabemos, orienta-se pelo pagamento de indenização das benfeitorias que, em casos de pouca organização social e política, se demonstra nocivo ao patrimônio dos moradores. Nesse caso, em virtude da intensa mobilização social e políticas e mesma na urgência das obras para a cidade,

a política de indenização foi norteada por “princípios de mercado”, alcançando valores significativos. Mesmo assim, o transtorno e principalmente o aniquilamento da rede de relações sociais impacta sobremaneira as famílias.

Depois, em segundo plano, é necessário afirmar que na Zona Oeste as remoções realizadas não foram para locais muito distantes daqueles de onde residiam anteriormente, características do processo histórico de remoção na cidade. É necessário salientar, no entanto, que em grande parte das situações, as novas moradias não possuem o acesso à infraestrutura, aos bens e serviços coletivos que a anterior moradia conseguia alcançar.

No entanto, a troca de antiga moradia por outra moradia do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, representa não só o acesso à propriedade legal como também a um acréscimo importante ao patrimônio imobiliário do morador. É importante salientar que, embora os custos da nova moradia não sejam sustentáveis, há segurança jurídica, mesmo havendo possibilidades efetivas de “gentrificação” desses locais da nova moradia.

Contudo, a fragmentação e a desarticulação urbana e econômica desses espaços já constituídos, com história e identidade coletiva, apenas contribuem para a lenta e progressiva deterioração urbanística, social, política e ambiental da cidade. Esse é um passivo histórico da Cidade do Rio de Janeiro.

A Zona Oeste ainda conta com muitos “terrenos vazios” – muitos dos quais se encontram em áreas de preservação ambiental, cuja legislação, frente aos interesses do mercado imobiliário, tem sido flexibilizada. De crescimento recente em relação ao restante da cidade, datando dos anos 1970, a maior parte da Zona Oeste foi se constituindo a partir do fracionamento de sítios em loteamentos formais e clandestinos. Ao contrário da Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e o bairro de Jacarepaguá, criado por Lúcio Costa em 1968, apenas em 1981 a legislação urbanística foi estendida ao restante da Zona Oeste.

Especialmente no que diz respeito ao acesso à terra urbana, por parte das classes populares, a grilagem de terrenos e a venda ilegal de lotes clandestinos foram dois mecanismos estruturantes da expansão imobiliária informal. A grande presença de condomínios privados, loteamentos (legais e ilegais) e vilas (assentamentos informais) para uma gama de renda muito diferenciada, indica a fragmentação territorial, com a predominância do interesse privado. Isto é, cada condomínio, loteamento e vila constituem um “enclave” em relação ao bairro e à

região. A vida social desenvolveu-se muito dentro desses espaços e notadamente com poucas conexões entre eles. Assim, mesmo tendo o espaço público como referência – acessos, comércio, outros serviços, etc. – parece ter predominado uma conexão divisionista, que separa moradia (privado) da rua (público), impingindo certos comportamentos coletivos orientados às áreas de interesse privado.

A noção de coletividade se esvai – apesar do forte bairrismo em algumas localidades –, sobressaindo-se as noções de singularidade e exclusividade, típicas de condomínios, loteamentos e vilas. No que diz respeito às localidades informais, acrescenta-se, em primeiro lugar, que são conhecidas como “vilas” e não como favelas. Isso se deve ao mercado estruturante das redes políticas locais: o mercado de segurança. Na Zona Oeste, as vilas são “tranquilas”, ao contrário das favelas, onde há tráfico de drogas. Mas são “tranquilas” graças ao pagamento de taxas de segurança às associações de moradores, que, em última instância, traduz interesses dos “grupos clandestinos”: as milícias.

3.2 Barra da Tijuca: o coração dos Jogos Olímpicos

A partir da década de 1980, a região da Barra da Tijuca vem se caracterizando pela construção de grandes empreendimentos imobiliários, comerciais (shoppings) e residenciais (condomínios de luxo), voltados às classes mais favorecidas – essa região se apresenta, cada vez mais, como uma potencial área de expansão do Rio de Janeiro, tendo sido o local escolhido para a realização de um dos principais megaeventos – as Olimpíadas. A maior parte das obras ocorreu ali e atingiu justamente a parte mais extensa e pobre da cidade, a Zona Oeste. Foram ali reunidos a maioria das instalações esportivas e os empreendimentos imobiliários a serem vendidos após as competições. Além disso, o bairro foi atendido por três dos quatro novos eixos, viários projetados em ocasião do megaevento, além de uma nova linha do metrô, que ligou o bairro diretamente à Zona Sul. Tais investimentos em infraestrutura reforçam a longa constituição da região como um “eldorado urbano” (Leitão, 1999) e uma nova centralidade da cidade (Guimarães, 2015), repercutindo na valorização cada vez maior de suas terras e imóveis.

No início na década de 90, a Prefeitura passou a se empenhar por inserir os megaeventos esportivos na agenda pública, como uma das principais estratégias

para se alcançar o desenvolvimento urbano e social da cidade. Paralelamente, foi sendo construído o discurso de que sediar um megaevento esportivo significaria algo grandiosamente positivo para as cidades, a ponto de elas adquirirem uma nova identidade: a de “cidade olímpica” (Mascarenhas, 2011).

Desde então, ancorado na noção de “legado”, o Poder Público propagou a ideia de que os megaeventos esportivos trariam enormes benefícios para os mais de seis milhões de habitantes da cidade.

Embora o ex-prefeito Eduardo Paes tenha anunciado contemplar, entre suas metas, a urbanização de todas as favelas da cidade até 2020, o tratamento dado àquelas que se encontram na rota traçada para a cidade olímpica foi bastante distinto. Habitantes que vivem há décadas em suas localidades têm sido desrespeitados em seus direitos à informação e à moradia. Como exemplo desse desrespeito, pode-se citar a Vila Autódromo.

3.3 O caso da Vila Autódromo: a construção de um símbolo de resistência

Segundo dados do último Censo (pelo IBGE), em 2010, a Vila Autódromo possuía 1.252 habitantes, distribuídos por 356 domicílios. A população tinha um perfil bastante heterogêneo no que se refere à origem, à escolaridade, ao trabalho e à renda. A maioria dos moradores, porém, tinha sua própria residência (apenas 10% pagavam aluguel) e seu cotidiano laboral integrado à região.

A luta da Vila Autódromo é por uma cidade que não menospreze ou exclua parte significativa de sua população na construção de um espaço que carregue consigo a história de luta a fim de conquistar sua habitação, para o desenvolvimento de serviços e de um estilo de vida que reflita sua identidade e lhes confira um senso de pertencimento digno à cidade.

A ocupação da Vila Autódromo iniciou-se na década de setenta, e as primeiras famílias que se estabeleceram no local eram compostas por pescadores artesanais e operários da construção civil, que migraram para a região em busca de trabalho, permanecendo-se dessa forma até o final da década de 1980.

Nessa década, a Vila Autódromo ganhou corpo e se consolidou, com onze ruas, a maioria das edificações (residenciais e comerciais) em alvenaria e dois espaços de uso coletivo, destinados ao lazer (um parquinho para crianças e um

campo de futebol de terra). A região abrigava atividades tanto de lazer quanto de trabalho.

Foi somente em 1987, com a criação da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), e da utilização de mão de obra local, que os moradores obtiveram, por exemplo, acesso à água canalizada e às redes de esgoto. Até então, o Poder Público demonstrou ineficiência na garantia dos serviços urbanos básicos para aquela região.

O objetivo principal da criação da Associação foi reivindicar melhorias na comunidade, tais como: instalação de luz elétrica, rede de saneamento básico, água encanada e registro no IBAMA3 dos pescadores.

Em 1989, o Governo do Estado – proprietário do terreno – assentou nessa área diversas famílias oriundas da favela Cardoso Fontes, que foram removidas para dar lugar à construção de um hospital federal no bairro vizinho de Jacarepaguá.

Desde da década de noventa, o Poder Público municipal tenta remover a Vila Autódromo com uma série de argumentos diferentes, todos amplamente contestados. À guisa de exemplo, nessa época alegou-se que a localidade causava “dano urbano, estético e ambiental” ao bairro e foi declarada “área de risco socioambiental”, ainda que desprovido de um laudo técnico que o comprovasse.

As ameaças de remoção ganharam uma nova dimensão no contexto do projeto de preparação dos Jogos Olímpicos. A comunidade foi informada oficialmente de que a Prefeitura pretendia removê-la para viabilizar a construção de instalações esportivas através de PPP (Parceria Público-Privada), em que a utilização privada de terra urbana abundante para a promoção de novos lançamentos imobiliários seria um dos vários benefícios para atrair a participação dos grupos privados. Ou seja, a retirada de uma comunidade de baixa renda, consolidada, foi colocada como prioritária pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para viabilizar mais um projeto de mercantilização da cidade.

As tentativas de desapropriação se intensificariam com a Olimpíada, mas se iniciaram em 1993, ou seja, há mais de vinte anos. Nesse ano, a Prefeitura tentou remover a favela que está na área vizinha ao Parque dos Atletas, onde foi realizado, posteriormente, o *Rock in Rio*.

O então governador Leonel Brizola outorgou, por meio da Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, 77 termos de Concessão de

Direito Real de Uso (CDRU) pelo prazo de 30 anos, contribuindo para consolidar o direito das famílias à moradia na área.

Em 1998, O governador Marcello Alencar renovou as primeiras concessões e outorgou mais 162 termos – todos, a partir daí, pelo prazo de 99 anos – alcançando o total de 247 famílias beneficiadas.

No ano de 2004, quando ocorreu o processo de licitação para as obras, na região do autódromo, os moradores ficaram surpresos com a realização de um cadastramento da Prefeitura para obras de saneamento, mas que se revelou posteriormente como sendo uma ação enganosa para subsidiar a remoção, tendo como pano de fundo os Jogos Pan-americanos. Conforme relata uma representante da AMPAVA, “usaram de mentira para cadastrar todo mundo para a remoção” (MENDES, 2007).

Em 2005, a Prefeitura decretou o terreno do autódromo e seu entorno, excluindo apenas a faixa marginal da lagoa, como Área de Especial Interesse Social (AEIS), possibilitando o registro dos contratos administrativos conferidos aos moradores.

Em 2009, a partir da eleição da cidade para os Jogos Olímpicos que as ameaças, de fato, se intensificaram. Nesse ano, estava entre as metas do Plano Estratégico de Governo, a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade até 2012 – nessa lista, constava a Vila Autódromo, diretamente afetada pelas obras de preparação para os megaeventos esportivos. Contudo, o projeto que venceu o concurso internacional para se definir o plano urbanístico do Parque Olímpico – principal justificativa para a remoção naquele momento – contemplava a permanência da Vila Autódromo.

Em 2011, o então Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar, apresentou na localidade a proposta de reassentamento das famílias em um conjunto residencial chamado Parque Carioca – localizado a cerca de um quilômetro da Vila Autódromo, onde 450 unidades seriam destinadas aos moradores dessa localidade.

Em 2012, O consórcio formado por três construtoras venceu a licitação organizada pela Prefeitura para viabilizar o projeto do Parque Olímpico. A Prefeitura pagaria o consórcio com o repasse de uma área de cerca de oitocentos mil metros quadrados do antigo autódromo que não seria aproveitada nas competições, o que representaria 75% da área pública destinada à incorporação de empreendimentos imobiliários. Nesse momento, a remoção da Vila Autódromo passou a ser justificada

por uma alça viária, até aquele momento não prevista, ligando a Transolímpica à Transcarioca.

É nesse contexto de incertezas que um grupo de moradores da Vila Autódromo se mobilizou para a criação de um plano de urbanização para a região, contrapondo o projeto de reassentamento apresentado pela Prefeitura, em que os moradores seriam realocados para o Parque Carioca.

Esse plano foi criado pela AMPAVA, em 2012, e contou com a assessoria técnica de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, tornando-se um instrumento político importante da luta dos moradores, defendendo o direito ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural da localidade.

Os moradores construíram uma forma de planejamento alternativo e, com isso, ganharam ferramentas para lutar contra a proposta da Prefeitura do Rio de Janeiro. Outro apelo dos moradores foi buscar o apoio da sociedade, por meio de protestos.

O plano foi elaborado ao longo de nove meses em reuniões de moradores da Vila Autódromo e urbanistas das universidades supracitadas. Entre os principais pontos da proposta, está a implantação de redes de abastecimento de água e esgoto e de um sistema de drenagem, além da recuperação ambiental de uma faixa de quinze metros nas margens da Lagoa de Jacarepaguá. Os moradores instalados hoje dentro desses limites seriam reassentados em outras áreas da própria comunidade. O plano prevê também uma creche municipal na Vila Autódromo e sugere a criação de uma unidade pública de ensino fundamental no Parque Olímpico.

Segundo estimativas do plano, a urbanização custaria cerca de R\$ 13,5 milhões, incluindo unidades habitacionais para as famílias da comunidade. Levando em conta que o subsídio máximo oferecido pelo governo federal para cada unidade do “Minha Casa, Minha Vida” é de R\$ 65 mil, o reassentamento da Vila Autódromo em Jacarepaguá poderia custar quase trinta milhões de Reais.

Ainda em 2012, os moradores da Vila Autódromo realizaram um grande ato, durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) e, com a participação de vários movimentos sociais, propiciou considerável repercussão internacional ao caso.

Em agosto desse mesmo ano, o Plano Popular da Vila Autódromo foi apresentado formalmente ao prefeito, que prometeu encaminhá-lo para avaliação de uma equipe técnica e emitir uma resposta no prazo de 45 dias. Sem retorno, a AMPAVA convidou representantes de várias entidades profissionais comprometidas com o desenvolvimento urbano e social da cidade para formar um grupo de trabalho multidisciplinar que pudesse emitir um parecer sobre a proposta de urbanização e a proposta de reassentamento da Prefeitura. A conclusão foi a de que não existia nenhuma justificativa jurídica, urbanística ou ambiental procedente para a remoção de toda a área ocupada pelos moradores da Vila Autódromo, afirmando que a Prefeitura, para fazê-la, parecia encobrir, na realidade, “motivações de ordem econômica, atendendo às exigências das grandes construtoras no processo de acelerada valorização imobiliária, buscando eliminar as vizinhanças indesejáveis, reorientar o padrão de moradia local e redefinir a estética habitacional e urbanística da região.” (GTAPM, 2013).

Além disso, os custos sociais e econômicos da remoção eram apontados como consideravelmente mais elevados do que os da proposta de urbanização da localidade, indicando a compatibilização dos Jogos Olímpicos com a garantia do direito constitucional à moradia adequada.

Contudo, esses documentos não surtiram o efeito político esperado. O prefeito afirmou em várias ocasiões que os moradores teriam a opção de serem reassentados na própria localidade, mas as ações dos agentes públicos na Vila Autódromo eram contraditórias ao discurso do político. Na prática, os agentes persuadiam os moradores a aceitarem o reassentamento no conjunto residencial.

Em 2013, desconsiderado pela Prefeitura, o Plano Popular da Vila Autódromo obteve, porém, outras formas de reconhecimento, ao conquistar, pouco depois, o prêmio *Urban Age Award Rio 2013*.

O Plano Popular foi apenas um dos vários instrumentos da resistência dos moradores da Vila Autódromo. Suas lideranças atuaram tanto no campo jurídico, pela Defensoria Pública, quanto na promoção de eventos culturais e mobilizações coletivas para levar o caso à mídia, aliando-se, ainda, a outros movimentos e organizações sociais.

Os moradores foram pressionados a abandonar o local de diversas formas, seja pela desestruturação das condições de moradia no local, com recorrentes falhas na prestação de serviços básicos, como o fornecimento de água e energia

elétrica (serviços frequentemente interrompidos durante as demolições), seja pela demolição das residências (após as negociações das indenizações), tornando o ambiente perigoso para os moradores continuarem a residir ali.

A presença de agentes públicos na localidade era constante, sempre tentando convencer os moradores a deixarem suas casas e aceitarem as propostas indenizatórias da Prefeitura, responsabilizando os que resistiam à remoção pelos problemas (relacionados ao processo) daqueles que viam a remoção como uma oportunidade de melhorar de vida, sobretudo os mais pobres — evidenciando a diversidade interna da localidade, a pluralidade de interesses e desejos dos moradores e, ao mesmo tempo, o grau de vulnerabilidade a que tais interesses e desejos estavam submetidos. Eram situações que, de todo modo, contrariavam o que foi prometido pessoalmente pelo prefeito na própria localidade, comprometendo-se com a urbanização da área e o direito de livre escolha.

Diante das ações, aos poucos, muitos dos que não desejavam sair, cederam às pressões. A sensação de terem sido “enganados” pela Prefeitura alimentava, por sua vez, sentimentos de humilhação e revolta. Com o tempo, os laços sociais construídos por décadas de convivência na Vila foram se desmantelando. Os moradores afirmam que essa foi uma estratégia do Poder Público municipal para enfraquecer a resistência. Ainda, como consequência principal desse enfraquecimento, surgiu uma aguda “divisão da comunidade em duas”, ou seja, a comunidade dividiu-se entre os que desejavam permanecer e os que desejavam sair.

Conforme as obras do Parque Olímpico avançavam, as demolições das moradias na Vila Autódromo ganhavam mais força, com a publicação de sucessivos decretos de desapropriação que atingiam, inclusive, as moradias de moradores que exigiam o direito de permanecer na área, recusando qualquer acordo indenizatório.

Em 2014, legando a necessidade de ampliar os acessos ao Parque Olímpico e recuperar a faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, a Prefeitura iniciou a remoção das cerca de oitocentas casas da comunidade. O processo também incluiu casarões na beira da Lagoa de Jacarepaguá. Aos moradores, foram oferecidas indenizações ou apartamentos no Parque Carioca. Boa parte aceitou. Quem quis permanecer, precisou resistir à pressão.

Em março de 2016, quando menos de 10% das construções restavam na localidade, os acontecimentos de uma semana foram particularmente significativos

no desdobramento do conflito. No mesmo ano, o prefeito realizou uma coletiva de imprensa na sede da Prefeitura, para apresentar o “plano de urbanização Vila Autódromo”, o qual contemplava apenas vinte famílias na área. Questionado sobre a desconsideração do plano popular elaborado pelos moradores e a tardia apresentação do plano oficial, o prefeito alegou que não sabia quantas famílias realmente desejavam permanecer na localidade, deixando jornalistas e moradores ainda mais perplexos.

Quadro 1 - Resumo – Histórico Vila Autódromo

Período	Rio de Janeiro	Vila Autódromo
Década de 60	Construção da Autoestrada Lagoa-Barra.	A Vila começou a se formar como uma colônia de pescadores.
Década de 70	Construção de grandes condomínios na Barra. Cariocas foram atraídos para essa região.	As primeiras famílias se estabeleceram na Vila Autódromo.
Década de 80	A Barra da Tijuca apresenta-se como uma potencial área de expansão.	O Governo do Estado assentou nesta área diversas famílias. Criação da Associação de Moradores. Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA).
Década de 90	Inserção dos megaeventos esportivos na agenda pública.	O governador Leonel Brizola outorgou 77 termos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pelo prazo de trinta anos e, posteriormente, o governador Marcello Alencar renovou e outorgou mais 162 termos – todos, pelo prazo de 99 anos.
Década de 2000	Eleição da cidade para os Jogos Olímpicos. Realização dos jogos Olímpicos.	Intensificação das ameaças de desapropriação. Proposta de reassentamento das famílias em um conjunto residencial - Parque Carioca. Criação do Plano Popular da Vila Autódromo. Apresentação do plano de urbanização. Remoção da Vila Autódromo.

Em julho, as vinte famílias da Vila Autódromo que resistiram às remoções receberam as chaves das novas casas. As casas estavam com pequenos defeitos de acabamentos, mas os moradores ficaram satisfeitos.

Eram mais de oitocentas famílias morando às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Tirando as vinte famílias que resistiram, o restante fez acordo e recebeu uma indenização ou um apartamento no Parque Carioca, condomínio popular do programa "Minha Casa, Minha Vida", a cerca de um quilômetro da Vila.

3.4 Identidade e sentimento de pertencimento

O sentimento de pertencimento, em relação a um determinado local, está relacionado tanto a uma proximidade do lugar em questão quanto à ligação afetiva que se constrói com esse mesmo local. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo constrói e é construído pelo lugar, planeja e se sente parte de um projeto, modifica-o e, enfim, é por ele modificado.

As relações de identidade e pertencimento ao lugar são desenvolvidas no processo de apropriação e territorialização do espaço. Isso se dá quando os sujeitos ultrapassam a necessidade da apropriação de um *locus*, ou seja, quando se desenvolvem, nesse local, valores ligados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, reformulando o espaço onde vivem, com o qual se identificam e se sentem pertencer (RAFFESTIN, 1993).

O apego dos favelados às suas desumanas moradas explica-se facilmente: eles não entraram numa casa pronta, a casa foi saindo do seu corpo como sai da escultura ou molde. A demolição de um barraco exige anestesia total do seu criador, pois supera em sofrimento e em sentimento de alienação qualquer desfalque cirúrgico. Demole-se o prolongamento de uma ossatura, de uma cartilagem, de uma carnação. Comparemo-la à destruição do ninho que o pássaro construiu com as penas arrancadas uma a uma do próprio corpo, desanimado de encontrar material e decidido a servir cristãmente a natureza (Pongetti, Henrique. Súplica aos Párias. Revista Manchete, 17/05/1958).

Esse trecho de uma crônica de revista foi reproduzido num dos capítulos do primeiro grande estudo realizado sobre as favelas cariocas, no final dos anos 1950, com o intuito de analisar o traço característico da favela na paisagem urbana do período: o barraco. Seguindo a metáfora do cronista, o relatório do estudo dizia que “o barraco parece um ser vivo que vai mudando a casca, com o tempo, tornando-se mais estável num anseio quase humano de permanência”, evidenciando, de maneira poética, aquilo que Lícia Valladares (1978), e vários outros pesquisadores em distintos contextos já apontaram: a saber, que a remoção de uma localidade constituída não se resume ao deslocamento espacial de pessoas e benfeitorias, mas resulta, muitas vezes, na dissolução de um estilo de vida costurado, ao longo do tempo, na interação com os outros moradores e com o próprio sistema construído. Se, por um lado, a maioria das residências da Vila Autódromo não possui a estrutura frágil dos barracos improvisados com tábuas de madeira e a aparência desumana mencionada acima, a relação afetiva construída junto ao espaço de moradia e o

sentimento de pertencimento ao lugar ainda se faz presente entre os habitantes da localidade e de muitos outros assentamentos ameaçados de remoção.

Em grande parte das vezes, a pessoa pode até ser beneficiada com essa mudança, mas simplesmente não a deseja – aqueles com uma condição mais favorecida e com um estilo de vida completamente diferente se julgam no direito de explicar, sob sua ótica e por meio de seus valores, o que é melhor para aquele indivíduo, sem entender a sua história, as suas razões e o que faz, em última instância, um indivíduo desejar permanecer no seu bairro, no ambiente que cresceu, onde criou raízes. Desse contexto, surgem questionamentos: e a preocupação moral com a imagem? E o sofrimento irrevogável, a quem devemos julgar, de quem é a culpa? E como parar? São perguntas que se repetem.

No livro “O Poder da Identidade”, Castells (1992) trata do papel das identidades coletivas no mundo pós-moderno. Para isso, inicia lembrando que uma nova forma de organização social está sendo difundida em todo o mundo, abalando instituições e transformando culturas, por meio da globalização, a qual, por sua vez, é desafiada por expressões poderosas de identidades coletivas, que questionam o Estado-nação e colocam em xeque a noção de democracia política.

Compreender identidade e seu significado na sociedade em rede é determinante nesse contexto. Por isso, Castells (*Id.*) menciona como uma identidade, que é fonte de significado e experiência de um povo, é construída.

Buscar a identidade e o sentimento de pertencimento a um lugar é procurar compreender o entrelaçar das falas e conceitos que dão forma aos espaços. Os significados, os sentidos e os valores atribuídos a um espaço, e que constituem sua identidade e pertencimento, são elaborados e reelaborados a cada momento.

A sociação é a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. (Simmel, 2006, p. 60)

A sociabilidade, para Simmel (2006, p.70), é o terreno onde os interesses humanos podem se expressar em termos de cultura subjetiva, assumindo feições lúdicas, dramáticas, proxêmicas e estilizantes da existência, permitindo ao indivíduo exprimir-se, mediante as práticas da conversação, da coqueteria, da sociabilidade do salão, das exposições, de forma diversificada, escapando, assim,

de uma interação homogênea com os outros. Esse processo leva ao indivíduo “um sentimento de libertação e alívio”: a sociabilidade é uma forma lúdica de sociação, que não contém qualquer finalidade externa a ela. Por isso, é valorizada em si mesma, isto é, os indivíduos se associam, pois valorizam o fato de estarem juntos, embora esse “estar junto” possa ocorrer de várias formas. É, propriamente falando, a forma pela qual as pessoas apreciam a mútua companhia entre elas, a forma do relacionamento sociável, do entretenimento.

Mayol (1996) refere-se ao bairro como o lugar pelo qual o morador se apropria quando transcende o âmbito privado residencial. O mesmo se dá, segundo ele, “mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público”. O autor ainda conceitua o que chama de ‘prática cultural’, que em sua ótica vem a ser o sistema de valores subjacentes que estruturam as tomadas de atitudes fundamentais da vida cotidiana e que passam despercebidos à consciência dos sujeitos, mas são decisivos para sua identidade individual e de grupo (*Ibid.*, p. 43).

No caso do Brasil, o debate contemporâneo sobre “espaço público” retoma a crítica social como princípio analítico, para reafirmar a necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência de uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade. Vários autores têm destacado justamente essas dimensões conceituais que articulam a noção de cidadania à existência dos espaços de sociabilidade pública, em contextos de democratização.

As análises que utilizam o termo “espaço público” como espaço urbano enfocam a dimensão espacial da desigualdade social. Essas análises recuperam o sentido de lugar e a dimensão pública do espaço urbano, traduzidos nas distintas formas de ocupação dos espaços da cidade, na construção dos territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento.

Nos usos do espaço (urbano) se confrontam concepções e práticas diversas de relação com o espaço público, atendendo em particular às tensões que emergem nas ressignificações que os processos de requalificação arrastam consigo.

Os direitos dos indivíduos relativos à propriedade devem coexistir com os direitos sociais. Porém, a questão é que cada vez mais se estreitam as relações entre as políticas habitacionais, o setor imobiliário e o mercado financeiro. Ou seja, os instrumentos que deveriam garantir o direito à terra aos menos abastados

acabam sendo utilizados em favor do próprio mercado, causando contraditoriamente a exclusão dos mesmos. Esse fato ocorreu na Vila Autódromo, com ações motivadas pelos ideais de desenvolvimento local e urbano, tais como expostos no discurso do Poder Público e no modelo de política pública, que estava voltada para os megaeventos.

É de fundamental importância entender o histórico dessa Vila, os conflitos que levam às remoções das famílias, aos interesses da população e das grandes empresas que firmaram parcerias com o Poder Público para a construção do megaevento.

3.5 A perspectiva social da propriedade

A propriedade da terra urbana, na lógica da produção e reprodução capitalista do espaço, se desenvolveu, no século XX, de forma complexa, em processos evidentemente não lineares e com elementos políticos e históricos muito peculiares. Esses processos são caracterizados por conflitos sociais em que diversos atores (públicos e privados) se relacionam, não se restringindo apenas a movimentos típicos de luta e mercado imobiliário. No Brasil, podemos citar como exemplo desse tipo de conflito a apropriação do espaço urbano por esses diversos sujeitos e seus respectivos interesses específicos.

A partir da Constituição de 1988, a submissão da propriedade ao interesse social, tornou-se um princípio constitucional consolidado no instituto da Função Social da Propriedade e a partir disso, passou a receber um conteúdo econômico muito bem delineado, ao estabelecer como funcionalização social a produção e, como “pena”, pela inobservância do princípio, a desapropriação mediante pagamento ao proprietário infrator.

Evidentemente que essa nova perspectiva, mais social em relação ao uso da terra, não foi recebida de forma pacífica pelos grandes proprietários e grupos conservadores do Congresso, ligados aos setores imobiliários (Fernandes, 2012) o que deu margem para grandes embates políticos. Desses embates surgiu um conceito sobre o significado e a estrutura do instituto, conforme demonstra Fernandes:

O direito de propriedade imobiliária urbana é assegurado desde que cumprida sua função social, que por sua vez é aquela determinada pela

legislação urbanística, sobretudo no contexto municipal. Cabe ao governo municipal promover o controle do processo de desenvolvimento urbano, através da formulação de políticas de ordenamento territorial nas quais os interesses individuais dos proprietários necessariamente coexistem com outros interesses sociais culturais e ambientais de outros grupos e da cidade como um todo. Para tanto, foi dado ao Poder Público o poder de, através de leis e diversos instrumentos urbanísticos, determinar a medida desse equilíbrio - possível – entre interesses individuais e coletivos quanto à utilização desse bem não renovável essencial ao desenvolvimento sustentável da vida nas cidades, qual seja, o solo urbano (Fernandes, 2012. p. 14-15).

De acordo com Fernandes:

Em última análise, toda e qualquer lei urbanística – ou ambiental – implica em materializar o princípio da função social da propriedade, que é sem dúvida o princípio fundamental do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental” (Id.).

Tanto a lei quanto os seus instrumentos urbanísticos, devem se desenvolver de modo a controlar os processos urbanos por meio de políticas urbanas, para que, seja possível garantir a coexistência dos interesses individuais e coletivos.

Contudo, o que cada vez mais se verifica é a apropriação desses “elementos de equilíbrio” por sujeitos específicos, direcionando-os para o mercado, sob justificativa ideológica social, transformando-os em produtos de desigualdade e exclusão social, tal como ocorreu na Vila Autódromo.

Essa dinâmica de apropriação é tão violenta que invade diversos direitos sociais para sua efetivação, ocasionando um verdadeiro estado de exceção (Rodrigues, 2013).

4 ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO JORNAL O GLOBO

Esta pesquisa tem como objetivo explorar as informações impressas no Jornal O Globo, entre os anos de 2011 e 2016, que citaram a Vila Autódromo. A metodologia utilizada será a análise das principais palavras contidas no conteúdo dessas matérias, trabalhando essas palavras extraídas dos discursos em termos de suas oposições, baseado na metodologia aplicada por Gilberto Velho, no livro “A utopia urbana”.

As palavras mais citadas irão expressar, neste trabalho, categorias. Categorias chamadas por Gilberto Velho de unidades mínimas ideológicas que “não têm significado em si, mas só à medida que se opõem a outras categorias é que podemos situá-las” (VELHO, 1973, p.67).

Esse trabalho busca conhecer a maneira como se constrói o olhar dos leitores do Jornal O Globo, a partir do conteúdo transmitido a respeito das desapropriações ocorridas na Vila Autódromo, em decorrência dos Jogos Olímpicos. Baseado em ideias recorrentes dos jornalistas e entrevistados, buscou-se identificar as categorias de pensamento relacionadas à desapropriação. Tais discursos, analisados à luz da teoria *agenda setting* e da antropologia social, servem de base para o entendimento da maneira como se estrutura a percepção dos leitores desse jornal sobre o tema.

4.1 Agenda-setting

Agenda-setting theory, foi formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970, em um estudo sobre as eleições presidenciais americanas de 1968. Ao comparar a relevância das questões do conteúdo das notícias com as percepções do público sobre a questão eleitoral mais importante, McCombs e Shaw conseguiram determinar o grau em que a mídia determina a opinião pública.

Essa teoria propõe a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística (meios impressos e eletrônicos). Assim, no *Agenda-setting*, as notícias veiculadas na imprensa determinam o que as pessoas pensam sobre determinado assunto e tem como objetivo fazer com que o público pense e fale

sobre um determinado assunto, e não sobre outros. A teoria é uma metáfora utilizando a ideia simbólica de agenda. Preocupa-se com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e com como as notícias são colocadas em termos de ideias e opiniões que tentam persuadir o público.

Segundo os estudiosos, a mídia determina a pauta para a opinião pública ao destacar quais são os temas de maior relevância em relação ao público e quais serão descartados. Sendo assim, pode-se dizer que a Teoria do Agendamento argumenta que existe um filtro de notícias que separa quais delas serão publicadas ou não.

No livro “Teorias do Jornalismo” (PENA, 2005), o *Agenda Setting*, como é chamado nos Estados Unidos, tem como base as ideias do livro *Public Opinion*, de Walter Lippman, que foi publicado em 1922. A obra traz a ideia de que a mídia é a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos no nosso imaginário, e que a imprensa utiliza estereótipos para simplificar e distorcer o entendimento de uma realidade que não podemos ver.

Essa definição teórica se aproxima da realidade e comumente é encontrada nos principais veículos de comunicação, como explica Brum: “A essência do conceito da teoria do agendamento não está muito longe da realidade, pois se tem constantemente uma enxurrada de informações que são selecionadas e dispostas de maneira que algumas notícias recebam uma ênfase maior, como é o caso das notícias que aparecem na cada dos jornais, revistas, telejornais”.

O *agenda-setting* se insere na tradição funcionalista dos estudos norte-americanos em comunicação, que tem como ponto nodal a análise e detecção das funções e dos efeitos causados pelos meios de comunicação sobre a audiência, tradição que é designada por alguns autores como *mass communication research* (WOLF, 1999).

Traquina (2000) correlaciona o *Agenda Setting* com a perspectiva teórica da construção social da realidade, também designada construcionismo, a partir do processo de produção da notícia.

O agendamento é bastante mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que é que devemos pensar. As notícias dizem-nos também como devemos pensar sobre o que pensamos. Tanto a selecção de objectos para atrair a atenção como a selecção de enquadramentos para pensar sobre esses objectos são tarefas poderosas do agendamento (McCOMBS; SHAW, 2000b, p. 131).

Esse mecanismo vai favorecer ainda mais a massificação da notícia, uma vez que a partir do momento que os meios de comunicação determinam qual assunto deverá ser pautado, gradativamente esse assunto passa aos domínios da “opinião pública”. Martino (2009) sintetiza bem o ponto chave:

Ela trabalha com o jogo entre a aparência e a realidade das percepções: a percepção de um fato pode ser alterada sem que o fato em si seja modificado. Dessa maneira, a percepção social das coisas pode ser modificada, por exemplo, pela mídia, sem que o acontecimento seja modificado. A percepção de uma opinião como dominante, não significa, em absoluto, que essa opinião seja a dominante. (MARTINO, 2009. p. 208).

A ideia do *Agenda-Setting*, “definição da agenda”, dispõe que os meios de comunicação determinam os assuntos discutidos pelas pessoas. O conceito de “agenda” refere-se a um grupo definido de temas discutidos em lugar e tempo específicos. Assim, a “agenda da mídia” são os temas presentes nos meios de comunicação; “agenda pública” são temas e assuntos presentes nas conversas entre pessoas. O modelo do *Agenda-Setting* prevê que os temas incluídos na agenda da mídia definem a agenda pública, isto é, passarão a ser discutidos pelas pessoas, uma vez pautados pela mídia. (MARTINO, 2009, p. 203)

Wolf (apud CHAIA, 2004, p. 11) ainda nos aponta quatro fases dentro dos *mass media*, em que o *agenda-setting* age definindo de que maneira trabalhar o objeto o qual poderá se tornar notícia, com as características ideais de agendamento:

Quadro 2 - Características de agendamento

Característica	Descrição
Focalização	Coloca em primeiro plano um acontecimento, uma ação, um grupo, uma personalidade.
Framing (recorte)	O objeto focalizado pela mídia possui um determinado enquadramento e deve ser analisado a partir de um quadro interpretativo.
Associação	A mídia associa acontecimentos a uma vivência constante, no caso, o objeto se torna parte de um panorama social e político reconhecido.
Relevância	O tema adquire maior relevância no contexto e os indivíduos se tornam seus porta-vozes e comandam a atenção da mídia.

Fonte: CHAIA, Vera. *Jornalismo e Política* - São Paulo: Hackers Editores, 2004.

Para exemplificar a utilização da *Agenda Setting Theory*, aplicaremos em uma das matérias do Jornal O Globo, classificando e descrevendo os elementos do agendamento.

Exemplo da aplicação:

Título: Paes recebeu doações de construtoras 'olímpicas'

Crédito: Renato Onofre e Luiz Ernesto Magalhães

Data: 10.11.2012

Elementos do agendamento

Focalização

O título já deixa claro o foco da matéria, criticar o então Prefeito Eduardo Paes, na tentativa de prejudicar a sua reputação. Observamos a personalização de uma instituição, o PMDB, no nome de Eduardo Paes. Vimos isso em Sawnsen, quando afirma que é “comum ver as notícias construídas de maneira que faça que os governos e os políticos sejam mais interessantes para a audiência (apud CHAIA, 2004, p. 16)”. Dessa maneira, apresentando, de forma simples, ideias ou formas impessoais que, de outra maneira, seriam “difíceis de visualizar”.

O texto trata da doação das construtoras diretamente beneficiadas nos pacotes olímpicos para a campanha de reeleição do peemedebista. As construtoras Carvalho Hosken e Cyrela doaram, juntas, R\$ 1,150 milhão a Paes e ao PMDB.

4.1.1 Framing

O “recorte” que encontramos no texto analisado está na escolha do autor em dar maior visibilidade ao Prefeito Eduardo Paes, do que à denúncia das construtoras. O título não cita o nome das construtoras nem o partido que foi beneficiado, apenas Paes. Ao “leitor de capa de jornal”, o recorte da realidade proposto é a crítica ao Prefeito.

O subtítulo da matéria trazia o seguinte texto: “Empresas foram beneficiadas por medidas relativas aos Jogos; para prefeito, não há constrangimento”, mas em momento algum, cita o Prefeito Eduardo Paes e a frase exata dita por ele.

4.1.2 Associação

Nesse ponto não há um trecho que determine essa ‘associação’ defendida pelo item, no entanto, o que ocorre é a utilização do *Agenda-Setting* através da

Espiral do Silêncio, de forma a criar no leitor-reprodutor da notícia uma identificação com o tema proposto. Todo o texto da notícia, portanto, funciona como exemplo desse comportamento trazendo o ‘objeto’, ou o texto, para o contexto social e político do leitor.

Isso pode ser percebido no trecho da matéria em que o porta-voz da Carvalho Hosken explica o jogo político existente para os leitores do jornal: “O que foi feito foi uma contrapartida legal para viabilizar a construção do Centro de Transmissão dos Jogos. Não é um favor. A Carvalho Hosken está recebendo algo pelos R\$ 480 milhões que terá que investir e que não estavam previstos. Não é agradecimento pelos R\$ 650 mil doados a Paes”, explica Henrique Caban, porta-voz da empresa.

4.1.3 Relevância

Essa contextualização necessária do texto jornalístico com o leitor será sentida no momento em que a matéria apresenta a opinião dos porta-vozes, nesse caso, no subtítulo que apresenta a opinião do Paes sobre o acontecimento: : “Empresas foram beneficiadas por medidas relativas aos Jogos; para prefeito, não há constrangimento” e na explicação do Henrique Caban, porta-voz da Carvalho Hosken: : “O que foi feito foi uma contrapartida legal para viabilizar a construção do Centro de Transmissão dos Jogos. Não é um favor. A Carvalho Hosken está recebendo algo pelos R\$ 480 milhões que terá que investir e que não estavam previstos. Não é agradecimento pelos R\$ 650 mil doados a Paes — explica Henrique Caban, porta-voz da empresa.”

A partir desses dois comentários, pode-se concluir que ambos eram coniventes e não acreditavam existir nenhum tipo de erro na jogada política realizada.

A hipótese do *Agenda-Setting*, revista por Shaw (apud WOLF, 1995), nos deu a primeira inquietação, disse ele, “em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários políticos” (p. 130).

Com base nos quatro elementos (Focalização, Framing, Associação e Relevância), propostos por Wolf (1995) para se enquadrar uma notícia de forma a

criar um mecanismo que mantivesse o leitor preso ao assunto, no texto analisado pudemos constatar esse aspecto.

Os *mass media* centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objetos que sugerem em que deveríamos pensar, o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir. Os materiais que os meios de comunicação selecionam podem nos dar uma semelhança de um 'conhecimento' do mundo político (Lang e Lang, 1966 In: Moragas, 1985, pp.89-90).

4.2 Antropologia social

No quarto e último capítulo do livro “A utopia urbana”, de Gilberto Velho, cujo nome é “Ideologia e imagens da sociedade”, o autor apresenta e discute o que chama de “unidades mínimas ideológicas” – frases, palavras e expressões usadas por indivíduos componentes do universo pesquisado para qualificar a vida do bairro de Copacabana – com as quais reconstruiu um sistema de classificação e as formulações de carácter ideológico desse universo. Essa mesma metodologia será aplicada nas matérias do Jornal O Globo – as principais palavras que aparecem no texto foram extraídas, definidas dentro do contexto em que foram retiradas, nesse caso, as desapropriações ocasionadas em função das Olimpíadas no período entre 2012 e 2016 e, posteriormente, comparadas a outras categorias de classificação, permitindo, dessa forma, uma análise da mensagem transmitida por esse veículo.

No caso do material coletado sobre a Vila Autódromo, no Jornal O Globo, encontramos as palavras “desapropriação”, “Parque Olímpico”, “remoções”, “direitos humanos”, dentre outras categorias, associadas a um momento histórico de extrema relevância para os moradores dessa localidade. Essas “unidades mínimas ideológicas” foram colocadas em oposição a outras categorias de classificação, comparando os seus significados e concluindo, a partir disso, qual foi a percepção dos leitores do Jornal O Globo a partir da leitura do conteúdo transmitido.

Diz o autor: “trata-se de verificar que categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam, e os princípios que presidem esta organização” (1989;65).

UNIDADES MÍNIMAS IDEOLÓGICAS

Unidades mínimas ideológicas	Frequência (número de citações)	Característica/Definição	Frase típica
Vila Autódromo	154	Vila que sofreu desapropriação em função da construção do Parque Olímpico para as Olimpíadas de 2016	"A Vila Autódromo virou símbolo de resistência"
Prefeitura	116	Órgão público responsável pela desapropriação	"Prefeitura tenta desapropriar famílias por causa de obras para os Jogos"
Remoção (ções)	106	Retirada das famílias em função dos Jogos Olímpicos	"O plano mostrou que não havia razão técnica, social ou financeira para a remoção da comunidade"
Família (s)	66	Pessoas removidas da Vila Autódromo	"Das 700 famílias que viviam na comunidade em agosto de 2013, restam cerca de cem"
Parque Olímpico	62	Complexo criado para as Olimpíadas de 2016	"O entorno do Parque Olímpico se configurou como nova zona de expansão da cidade"
Prefeito	48	Pessoa responsável pelas remoções	"O prefeito Eduardo Paes afirma que os moradores que ainda permanecerem na área central da Vila Autódromo podem escolher se querem ou não ficar"
Jogos	46	Torneio esportivo realizado no Rio de Janeiro que ocasionaram a remoção dos moradores da Vila Autódromo	"Vila do Autódromo está no meio do caminho dos Jogos Rio 2016"
Olimpiada (s)	42	Torneio esportivo realizado no Rio de Janeiro que ocasionaram a remoção dos moradores da Vila Autódromo	"Pressa é a tônica da entrega de obras das Olimpíadas do Rio-2016"
Olímpico	36	Equipamento/instalações/modalidades referentes às Olimpíadas	"O que o espírito olímpico traz é muito legal, mas dizer que tudo valeu só por isso é meio raso"
Moradia (s)	27	Casas retiradas para a construção das Olimpíadas	"A demolição gradual das moradias faz o aspecto visual ainda mais assustador"
Indenização (ções)	24	Pagamento realizado para os moradores da Vila Autódromo em função das desapropriações	"Eu achava que a indenização talvez fosse melhor, uma solução mais rápida"
Removidas	18	Moradores/famílias da Vila Autódromo que foram retirados das suas casas em função das Olimpíadas	"Só no Rio, mais de 22 mil pessoas foram removidas desde 2009, segundo estatísticas oficiais"
Direitos	15	Reinvidicação dos moradores da Vila Autódromo	"Por mais que essas desapropriações possam ter amparo legal, é preciso respeitar os direitos dos moradores"
Desapropriação (ções)	14	Retirada das famílias em função dos Jogos Olímpicos	"Desapropriações na Vila Autódromo já custam uma arena olímpica"
Justiça	13	Reinvidicação dos moradores da Vila Autódromo	"A prefeitura briga na justiça para tirar outras famílias"
Legado	14	Argumento utilizado pela Prefeitura para justificar as alterações realizadas na cidade do Rio de Janeiro	"A candidatura do Rio foi fortemente amparada na ideia de legado olímpico"
Direitos Humanos	10	Argumento utilizado pelos moradores da Vila Autódromo na luta para manter as suas residências	"Luta para garantir os direitos humanos na realização de grandes eventos esportivos"
Transformação (ções)	10	Argumento utilizado pela Prefeitura para justificar as alterações realizadas na cidade do Rio de Janeiro	"Transformações urbanísticas oriundas da Olimpíada"
Investimento (s)	9	Investimento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em função das Olimpíadas	"Megaeventos aceleram esses processos, porque envolvem investimentos gigantesco"
Megaeventos	7	Argumento utilizado pela Prefeitura para justificar as alterações realizadas na cidade do Rio de Janeiro	"Há um histórico internacional de ilegalidades associadas a esses megaeventos esportivos"
Diálogo	4	Forma de atuação que a Prefeitura diz utilizar no processo de desapropriação	"Todo processo foi realizado com o diálogo entre os moradores e a Prefeitura"
Resistência	2	Forma de defesa e atuação dos moradores da Vila Autódromo	"A Vila Autódromo resiste"
Transparência	2	Forma de atuação que a Prefeitura diz utilizar no processo de desapropriação	"O processo de atuação da Prefeitura é transparente"

Quadro 3 - Unidades mínimas ideológicas

Quadro 4: Ideias opostas

Ideias opostas	
Palavras associadas à Prefeitura	Palavras associadas à Vila Autódromo
Prefeitura/Prefeito	Famílias/Moradias
164	93
Transformação/Legado/Megaeventos	Remoção/Desapropriação
31	120
Investimento	Indenização
9	24
Diálogo/Transparência	Resistência
6	2
Jogos/Olímpico/Olimpíadas	Direitos humanos/Direitos/Justiça
124	38
Parque Olímpico	Vila Autódromo
62	154

4.2.1 Famílias/Moradias x Prefeitura/Prefeito

A primeira categoria “Prefeitura/Prefeito” aparece 164 vezes em oposição à categoria “Famílias/Moradias”, que aparece nas matérias 93 vezes, representando o protagonismo da Prefeitura e do Prefeito Eduardo Paes, no que se refere à tomada de decisões com relação às remoções das famílias.

Dessa forma, vale a pena refletirmos um pouco sobre as atribuições e funções da figura política do prefeito. A elaboração de políticas públicas para saúde, educação, habitação, dentre outros fatores pertinentes ao bem-estar e à qualidade de vida dos municípios estão entre suas ações. Como representante do Poder Executivo, é o prefeito quem encabeça a administração da cidade, empreendendo a gestão da coisa pública, do controle do erário ao planejamento e concretização de obras, sejam elas em termos de construção civil ou da área social. Logo, pode parecer redundante, mas é preciso frisar a ideia de que o Poder Executivo é, de fato, aquele que executa, coloca em prática um conjunto de intenções do governo, realiza determinada obra, projeto, programa ou política pública. Além disso, cabe ao prefeito não apenas sancionar as leis aprovadas em votação pela câmara, mas tanto vetar quanto elaborar propostas de leis quando achar necessário.

A palavra família possui um significado que foge à ideia que temos de tal instituto hoje, vem do latim *famulus* e significa grupo de escravos ou servos pertencentes ao mesmo patrão. Família é a instituição e o agrupamento humano mais antigo, haja vista que todo ser humano, todo indivíduo nasce em razão da família e, via de regra, no âmbito desta, associando-se com seus demais membros.

No Brasil, o conceito de família teve diferentes abordagens. Na Constituição Federal de 1967, anterior ao regime democrático, o artigo 167 descrevia que “a família é constituída pelo casamento”. Com a promulgação da Carta Magna de 1988, o conceito de família foi ampliado e passou a ser entendido como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

Se compararmos as categorias “Prefeitura” e “Moradia”, podemos considerar que Prefeitura é o órgão onde se desempenha o Poder Executivo do Município, e Moradia é um direito de cidadão brasileiro, segundo o parágrafo o artigo sexto da Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Todos nós podemos exigir um local seguro para viver, no qual exista fornecimento de água e luz, coleta de esgoto e de lixo. Morar bem significa ter acesso fácil aos transportes públicos e todos os outros serviços prestados pelo Estado, como saúde e educação. Uma moradia digna é fundamental para que famílias possam viver de maneira estruturada. Ou seja, cabe aos órgãos públicos garantir os direitos aos cidadãos.

Nesse caso, podemos verificar que essas categorias que aparecem como ideias opostas deveriam ser complementares, afinal, é obrigação da Prefeitura, fornecer condições dignas de moradia para a população.

Eduardo Paes foi o prefeito que mais removeu famílias na história do Rio de Janeiro. Embora o governo evitasse fornecer estatísticas ligadas aos eventos esportivos, mascarando as remoções com outras justificativas, o Comitê Popular estima, com base em levantamentos nas próprias comunidades e em fontes oficiais, que, pelo menos, 4.120 famílias foram removidas por obras diretamente relacionadas aos Jogos, mas o total de famílias removidas em sua gestão foi muito maior.

Com base no relatório apresentado pela Relatora Especial para a Moradia Adequada das Nações Unidas, Raquel Rolnik, perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, ficou expressamente recomendado que:

As autoridades estatais e locais devem se abster de realizar despejos forçados como preparativo de megaeventos. Quando os despejos se justificarem, devem ser feitos com plena observância das disposições pertinentes do direito internacional em matéria de direitos humanos e em concordância com os procedimentos indicados na Observação geral nº 7 e nos princípios e orientações básicas sobre os despejos e desalojamentos originados do desenvolvimento.

4.2.2 Vila Autódromo X Parque Olímpico

A segunda categoria, “Vila Autódromo”, aparece 154 vezes em oposição à categoria “Parque Olímpico”, que aparece 62 vezes, mostrando que o foco maior estava na vila, e não no Parque que estava sendo contruído.

Nas matérias do Jornal O Globo, a categoria “Vila Autódromo” aparece quase sempre acompanhada de palavras como: remoções, reassentamento, destruição, demolição, resistência, desapropriação, desocupação e termos com essa conotação simbólica em relação à retirada dos moradores.

Exemplos de citações:

- “O **reassentamento** da Vila Autódromo em Jacarepaguá poderia custar quase R\$ 30 milhões.”
- “A Vila Autódromo virou símbolo de **resistência**.”
- “A Vila Autódromo está no **caminho** dos jogos.”
- “**Destruição na Vila Autódromo**.”
- “A Prefeitura afirma que as **remoções** da Vila Autódromo até o momento só acontecem em comum acordo com os moradores.”
- “Vila Autódromo – classifica a estratégia de pressão que tem sido feita para tirar os moradores como **"terrorismo"**.”
- “Quando apresentaram o projeto das Olimpíadas, a Vila Autódromo estava presente. Depois é que surgiu a necessidade de **remoção**.”

A partir dessas citações, é possível perceber o contexto em que a categoria “Vila Autódromo” foi citada, sempre fazendo referência à forma como foi realizado o processo de desapropriação, através das palavras: destruição, terrorismo e resistência. O discurso da Prefeitura pode ser percebido por um dos exemplos supracitados:

- “A prefeitura afirma que as remoções da Vila Autódromo até o momento só acontecem em comum acordo com os moradores.”

O discurso dos moradores pode ser representado por meio dos exemplos a seguir:

- “Quando apresentaram o projeto das Olimpíadas, a Vila Autódromo estava presente. Depois é que surgiu a necessidade de remoção.”
- “Vila Autódromo – classifica a estratégia de pressão que tem sido feita para tirar os moradores como "terrorismo.”

Com relação ao contexto econômico, o discurso do Jornal gira em torno dos valores envolvidos nas desapropriações, servindo de alerta para a população sobre os gastos públicos envolvidos no processo:

- “O **reassentamento** da Vila Autódromo em Jacarepaguá poderia custar quase R\$ 30 milhões.”

A Vila é citada diretamente em cinco títulos do jornal nesse período, destacando a importância desta temática:

- “Com remoções, Vila autódromo encolhe 83% em dois anos”
- “Moradores da Vila Autódromo farão protesto amanhã”
- “Desapropriações na Vila Autódromo já custam uma arena olímpica”
- “Prefeitura quer tornar vila autódromo 'invisível', segundo urbanista”
- “Vila Autódromo tem nova demolição e some para o Parque Olímpico”

Todos os títulos são negativos, do ponto de vista político, criticando a ação e os gastos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A categoria “Parque Olímpico” aparece na maioria das vezes, referindo-se à Vila Autódromo:

- “Localizada na Barra da Tijuca, na área onde será construído o Parque Olímpico para os Jogos de 2016, a comunidade Vila Autódromo.”

- “Depois de longa disputa, a Prefeitura do Rio conseguiu derrubar o prédio da Associação de Moradores da Vila Autódromo, área vizinha ao Parque Olímpico da Barra, na manhã desta quarta-feira.”
- “O rompimento de uma tubulação de água no interior do Parque Olímpico provoca um lamaçal que invade a sede da Associação de Moradores da Vila Autódromo.”
- “A reportagem lembra o impasse sobre o destino da Vila Autódromo, na Zona Oeste da cidade, vizinha ao Parque Olímpico da Barra.”
- “O filme conta a história da remoção dos moradores da Vila Autódromo, ao lado do Parque Olímpico Rio 2016, na Zona Oeste.”

Nesse contexto, o Parque Olímpico é colocado em segundo plano, nunca como algo aguardado ou que trará qualquer tipo de benefícios para os moradores da Vila ou do entorno.

4.2.3 Direitos Humanos x Jogos Olímpicos

A categoria “Jogos/Olímpico/Olimpíadas”, aparece 124 vezes, em oposição à “Direitos Humanos/Direitos/Justiça”, que é citada por 38 vezes, mostrando a disparidade entre a relevância dos jogos, quando comparada ao que seria os “direitos humanos”. Mesmo sendo a Vila muito mais citada que o Parque, o protagonismo das Olimpíadas é claramente perceptível com essa diferença da quantidade de citações nas matérias.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas elaborou um Dossiê, denominado “Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, cuja primeira versão foi escrita em 2012, e relatava a violação dos direitos humanos relacionadas à Copa do Mundo de 2014. A última edição do documento é resultado da discussão de estratégias para a construção de uma cidade para todos indivíduos, com justiça social e democracia.

O relatório mostra que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, anunciados como “Jogos das Inclusões”, não condiz com tal ideia. Remoções de famílias, má distribuição de investimentos em transporte público e aumento do número de mortes e encarceramento da população negra e pobre perto de

Megaeventos são algumas das práticas que caracterizam o que é chamado pelo Comitê Popular de “Jogos da Exclusão”.

4.2.4 “Remoção/Desapropriação” x “Transformações/Legado/Megaeventos”

A categoria “Remoção/Desapropriação” é citada 120 vezes nas matérias, em oposição à “Transformação/Legado/Megaeventos”, que foi citada 31 vezes, mostrando que eles tratam muito mais do problema diretamente do que da questão dos direitos humanos, ou seja, as retiradas foram realizadas, mas não necessariamente associadas à falta de respeito com o morador, isso pode ser percebido quando se trata dos valores das indenizações e do curto prazo da Prefeitura.

Analisando o contexto em que a categoria “Transformações/Legado/Megaeventos” foram citadas, podemos perceber que a palavra “transformação” foi utilizada tanto nas palavras do ex-prefeito Eduardo Paes, com uma abordagem positiva em relação ao futuro da cidade, quanto nas palavras de urbanistas renomados, como Carlos Vainer, membro do Laboratório Etern, do Ippur, Fernanda Sanchez, professora da UFF, e Ana Luiza Nobre, professora de História da Arquitetura na PUC, que tratam as transformações da cidade com uma perspectiva crítica.

No caso do ex-prefeito, a palavra “transformações” estava inserida dentro de uma matéria negativa, cujo título era “O serviço de ônibus do Rio é uma tragédia”, dita pelo próprio Paes, porém, ele teve a oportunidade de defender o seu ponto de vista quanto às mudanças sofridas pelo Rio de Janeiro:

“... Vejo os protestos como uma oportunidade de aprofundar as transformações que estamos fazendo na cidade. Não vejo como problema o país ter protestos, mas isto aqui não é uma primavera árabe” - disse o ex-prefeito, ressaltando que os investimentos da prefeitura estavam concentrados nas áreas pobres da cidade.

Ana Luiza, da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), durante a entrevista realizada para o Jornal O Globo, cujo título era “Urbanistas criticam impacto olímpico na Barra da Tijuca”, aponta os pontos positivos das transformações urbanas da cidade, quando cita a intenção de transformar parte das arenas em colégios públicos: “Se isso se concretizar, será um ponto positivo. E os BRTs e o

metrô são ganhos importantes, embora não sejam inovadores ou solucionem o problema de mobilidade. O nosso metrô deveria ser em rede.”, mas a professora foca, principalmente, nos pontos negativos, como as remoções, o desemprego e a própria narrativa da mídia. O resultado foi a criação de um site, formado por um grupo de estudos o qual foi lançado pouco antes da Olimpíada, com uma grande linha do tempo na qual é possível ver todas as obras realizadas na cidade, as alterações nos dados socioeconômicos e as entrevistas com especialistas do ramo. Além disso, foi confeccionada uma edição impressa da pesquisa, distribuída pelos alunos nas ruas.

A categoria “Megaeventos” pode ser percebida também na reportagem supracitada, nas palavras da professora da UFF, Fernanda Sanchez, que lembra a entrevista em que Carlos Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, afirmou que aquela região foi pensada para as classes mais abastadas:

“Houve urbanização para classe A e a retirada dos pobres. Segundo o Comitê Popular da Copa e da Olimpíada, os megaeventos causaram a remoção de 22 mil famílias. São números assustadores. Mesmo em Londres, que é primeiro mundo, a Vila Olímpica tinha uma porcentagem para habitação social. Lá já existe essa cobrança da repartição do custo da urbanização; aqui é normal excluir e fazer um condomínio isolado. A remoção da Vila Autódromo foi uma das realizadas nos últimos anos. Na comunidade ao lado do Parque Olímpico, onde viviam 824 famílias, hoje restam 20, que resistiram heroicamente” (2016)

Fernanda afirma nessa entrevista também que megaeventos aceleram esses processos, porque envolvem investimentos gigantescos em um curto período, mas não são as causas.

A categoria “Megaeventos” também apareceu nas palavras de Raquel Rolnik, urbanista relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, em uma outra matéria do jornal O Globo, cujo título era “Relatora da ONU denuncia ilegalidades em remoções da Copa e Olimpíadas”.

Quando questionada se a euforia em torno da Copa e das Olimpíadas tem contribuído para que essas denúncias de desrespeito aos direitos humanos sejam deixadas de lado, a urbanista afirma:

“Esses eventos têm uma importância simbólica, têm um grande apelo nacionalista, mobilizam sentimentos que criam uma espécie de blindagem, como se para fazer isso acontecer valesse tudo. Muitas vezes ouço comentários como se eu fosse contra o Brasil, estivesse atrapalhando. É aí que mora o perigo, neste estabelecimento do que meu colega Carlos Vainer chama de ‘estado de exceção’, em que as leis são suspensas e parte-se para o vale tudo. A gente sabe o que significa no Brasil o vale tudo. Mas há

um histórico internacional de ilegalidades associadas a esses megaeventos esportivos, em relação à questão da moradia, aos direitos trabalhistas, à população de rua, aos vendedores ambulantes, entre outros.” (2011)

Pelas palavras de Fernanda Sanchez e de Raquel Rolnik, percebemos que os efeitos negativos dos megaeventos nas cidades são comuns, mas que poderiam ser evitados, caso as cidades-sede aproveitassem a oportunidade para realizar, em seu contexto, verdadeiras transformações.

Em uma matéria publicada no jornal O Globo, denominada “Só é possível filosofar em alemão”, o jornalista Marcelo Barreto utiliza a categoria “legado” para falar da oportunidade desperdiçada pela Prefeitura do Rio de Janeiro ao não realizar as verdadeiras mudanças necessárias na cidade:

“A candidatura do Rio foi fortemente amparada na ideia de legado olímpico. Organizar uma edição sem desapropriações teria feito a cidade entrar para a história das cidades-sede.”

Essa frase é citada ao falar das remoções na Vila Autódromo, que engrossaram uma triste estatística dos Jogos Olímpicos. Segundo dados da ONU, até em Barcelona (1992), a edição tida como exemplar, duzentas famílias foram desapropriadas por obras ligadas à organização do evento. Os registros começam em Seul (1988), com 48 mil imóveis demolidos; passam por Atlanta (1996), com 1.200 demolições e quinze mil pessoas afetadas; Sydney (2000), com seis mil desalojados; e explodem em Pequim, onde os relatos chegam a um milhão e meio de moradores que perderam o direito à moradia, sem qualquer amparo do governo.

A palavra “legado” também é citada na entrevista de Raquel Rolnik. Quando questionada sobre as principais ilegalidades denunciadas, a urbanista afirma:

A primeira violação é a total falta de informações sobre as remoções. Você não encontra em lugar nenhum onde estão anunciados os projetos, nem um dado sobre quantas pessoas serão removidas, para onde elas irão etc. Por isso, não tenho como saber se as denúncias que recebi representam 10%, 20% ou a parcela que seja do total, porque não sabemos qual é o total. A primeira coisa que deveria ser feita é um plano claro do legado socioambiental desses eventos, em que fique claro qual é a política em relação às remoções. Esse é o momento de se estabelecer um padrão nacional que seja debatido por governo, comunidades e organizações civis.

Dessa forma, Raquel destaca que o principal legado desse tipo de evento é o socioambiental e demonstra a importância da mudança de perspectiva das cidades-sede, que precisam enxergar a oportunidade de mudanças desses

megaeventos e onde devem estar focados os principais esforços por uma cidade mais justa para a sua população.

Esse mesmo ponto de vista é defendido na matéria “Temos o direito de morar nesta cidade”, publicada por Guilherme Freitas, no jornal O Globo, em agosto de 2012. Na matéria, é apresentada a história de alguns moradores da Vila Autódromo. Nessa oportunidade, Altair Guimarães, Presidente da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, concedeu entrevista para o Jornal e afirmou:

“A remoção é uma intervenção na vida da pessoa. Lembro que, quando eu cheguei à Cidade de Deus, demorei a entender o que tinha acontecido. O que eu disse ao prefeito é que ele tem a chance de mostrar para o mundo que o Rio pode fazer uma Olimpíada diferente, sem maltratar seu povo, ao contrário do que aconteceu em outras sedes de grandes eventos que fizeram remoções”.

Nessa matéria, a categoria “legado” é citada no lead da matéria, onde o jornalista afirma que o projeto original do Parque Olímpico previa a permanência dos moradores da Vila Autódromo na região como parte do legado social do evento e expõe a revolta dos moradores com essa mudança de planos:

“Para nós, não é só uma questão de comparar o metro quadrado da Vila Autódromo com o metro quadrado do Minha Casa Minha Vida. A comunidade está aqui há quase quarenta anos, as pessoas têm uma vida e uma história aqui. Também temos o direito de morar nesta cidade” - afirma Guimarães, morador da Vila há dezessete anos e que já sofreu com duas outras desapropriações realizadas pela Prefeitura.

Essa é a posição dos moradores da Vila Autódromo quando se trata de legado olímpico, visto que muitos se sentiram desrespeitados e desejavam permanecer nos seus lares, mesmo com as altas ofertas da Prefeitura.

O Jornal O Globo, em agosto de 2016, informou aos seus leitores, na matéria “Guardian: Brasil já ‘perdeu medalha de ouro dos direitos humanos”, que o jornal britânico “The Guardian” destacou, no seu conteúdo, a violência e as remoções durante preparação para as Olimpíadas.

A categoria “legado” foi citada por Andrea Florence, advogada da organização de direitos das crianças “Terre des Hommes”, afirmando que o Rio falhou na promessa de deixar um legado social para a cidade. Ela destacou o alto número de remoções de famílias como um reflexo negativo da realização das Olimpíadas na cidade.

Como notícia favorável à realização das Olimpíadas, podemos citar a matéria “Obra da arena olímpica de handebol começa na semana que vem”, que apresentou, em março de 2014, a projeção de como ficarão as arenas olímpicas na cerimônia do Prêmio Faz Diferença de O Globo, realizada no Copacabana Palace.

A presidente da Empresa Olímpica Municipal, Maria Silvia Bastos Marques apresentou o projeto e citou a palavra “legado” ao afirmar que o Complexo Esportivo de Deodoro ficará como legado para a Zona Oeste, como parte de um parque radical, além de informar os destinos que serão dados para esses espaços:

"Essa arena é nosso melhor exemplo de sustentabilidade. A construtora ficará responsável por erguer o equipamento e desmontá-lo, além das adaptações para transformá-lo em escolas".

O Jornal O Globo, na matéria “Prefeitura quer tornar Vila Autódromo 'invisível', segundo urbanista”, cede espaço mais uma vez para o urbanista Carlos Vainer expor o seu ponto de vista. O urbanista questiona a falta de diálogo com moradores e defende projeto alternativo para a Vila.

A Prefeitura reconheceu as 25 famílias interessadas em permanecer na comunidade e apresentou um projeto que prevê a instalação, nos extremos da Vila Autódromo, de duas escolas municipais, oriundas da desmontagem da Arena do Futuro. Para Vainer, a opção municipal é mero pretexto para deixar a Vila Autódromo "invisível" a olhares externos.

O Projeto alternativo prevê mais moradias, de tamanhos diferentes, e creche comunitária, em vez de duas escolas. O especialista criticou ainda a homogeneidade das habitações planejadas pelo município, o que entra em conflito com as “necessidades diferentes” de cada morador. “As duas escolas não estão ali para atender a Vila Autódromo, já que a Prefeitura conta apenas com 25 famílias. Esses equipamentos, na verdade, são muros virtuais para separar a comunidade da vizinhança. São barreiras para tornar a comunidade invisível ao Parque Olímpico e aos condomínios no entorno. Por que as pessoas que moram ali não podem desfrutar do legado olímpico? [...] desafiamos o prefeito a sentar em uma mesa pública para pensar em um plano que integre a Vila Autódromo ao Parque Olímpico. O plano deles é uma contribuição, o nosso é outra. Queremos discutir isso democraticamente.” – afirmou Vainer.

Nos exemplos das matérias supracitadas, foi possível perceber as diferentes perspectivas e utilizações da palavra “legado”.

O Jornal O Globo também demonstrou otimismo na matéria “Quando a poeira assentar”, da jornalista Cora Rónai, a qual mostra que os resultados reais da realização das Olimpíadas só o tempo irá apresentar, após o final da festa. Segundo a jornalista, vista do Facebook, a Olimpíada é a maior desgraça que jamais poderia ter se abatido sobre a cidade, um manancial de tragédias grandes e pequenas, das remoções forçadas da Vila Autódromo à nossa humilhação na imprensa internacional. Vista das ruas do Centro e da Zona Sul, a Olimpíada foi uma felicidade só, uma espécie de carnaval melhorado, com turistas mais bem-intencionados e de partes mais diferentes do mundo, todos passeando, divertindo-se e gastando dinheiro. Cora Rónai afirma que a verdade está provavelmente no meio termo. Para ela, o Centro se salvou da decadência graças ao estímulo da Olimpíada, e isso não foi pouco. Ela acredita também que a população lucrou com os holofotes que apontaram tão impiedosamente as misérias, sobretudo a situação tenebrosa da baía. De repente, foi mostrado um espelho amplo e iluminado, que ninguém mais poderá fazer de conta que não viu.

A categoria “legado” é citada pela jornalista, na seguinte frase: “Pode ser que o grande legado dessa Olimpíada seja, afinal, intangível: a percepção da cidade como um todo real, e não como uma lenda urbana ancorada na Ipanema dos anos 60. Precisávamos dessa tomada de consciência, assim como precisávamos perder, de uma vez, certas ilusões que, até aqui, nos fizeram mais mal do que bem”

Ela volta a citar o legado olímpico ao afirmar que: “Há anos, grupos acadêmicos de arquitetos e urbanistas pesquisam os projetos, as obras e o legado da Rio 2016. No caso da Barra da Tijuca, uma das áreas que mais sofreram transformações, eles dizem que, apesar de algumas conquistas, em especial sobre a mobilidade, houve falhas: perdeu-se a chance, por exemplo, de tornar o bairro mais integrado, em termos arquitetônicos, e de combater a segregação espacial e a desigualdade social na região”

Esse foi um balanço apresentado pela jornalista, que também mostrou que O Globo apresentou matérias ao longo desses anos, apresentando os dois lados do que seria esse “legado olímpico”, tão citado pela imprensa, autoridades e pela população ao longo desses anos.

Em uma outra matéria, denominada “A rotina de quem desafia as remoções da Rio-2016”, apesar de ter uma conotação contrária às remoções, o subprefeito Alex Costa teve a oportunidade de expor o ponto de vista da Prefeitura do Rio de

Janeiro a respeito do “legado olímpico”, ao afirmar que os Jogos de 2016 vão deixar “um grande legado” para as 583 famílias que moravam na Vila Autódromo. “Dignidade, respeito com as pessoas e o legado da casa própria.”

A prefeitura afirma que as remoções da Vila Autódromo, até o momento, só acontecem em comum acordo com os moradores. “Ninguém está saindo obrigado. Estamos realocando as famílias por desejo próprio, só sai quem quer sair”, garantiu à BBC o subprefeito da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, Alex Costa.

4.2.5 Resistência x Diálogo/Transparência

Nas matérias do Jornal selecionadas, podemos perceber que a categoria “diálogo/transparência” foi citada seis vezes, em oposição à palavra “resistência”, a qual foi citada apenas duas vezes, mostrando que a Prefeitura teve a oportunidade de mostrar que estava realizando o processo de forma correta em mais oportunidades do que a Vila Autódromo, ao afirmar a sua “resistência”.

Como exemplo dessas oportunidades, podemos citar a matéria cujo título é “O serviço de ônibus do Rio é uma tragédia”, em que durante sua fala, na OsteRio - um polo de debates sobre a cidade, realizada no restaurante Osteria Dell'Angolo, Paes usou a palavra “transparência” ao fazer uma promessa: “Vamos entregar os equipamentos olímpicos no prazo e com transparência”.

A palavra “transparência” também pode ser percebida na matéria: “Desapropriações na Vila Autódromo já custam uma arena olímpica”, na qual a ex-vereadora do PSDB, Teresa Bergher, afirma: “Falta transparência ao processo de desapropriações da Vila Autódromo. Denunciei a discrepância de valores, pois, para alguns imóveis, a Prefeitura chegou a pagar milhões; e, para outros, 40 mil. Agora, o Diário Oficial publica desapropriações em bloco e não sabemos mais quanto vale cada desapropriação. Só descobrimos que são referentes à Vila Autódromo quando lançamos o processo no SICOP (Sistema Único de Controle de Protocolos).”.

A categoria “diálogo” também foi usada pelo Prefeito, diante de críticas do economista Paulo Magalhães, admitindo que precisa criar mecanismos de diálogo com a população. Ele se orgulha de trabalhar como um trator, mas reconhece a dificuldade de criar mecanismos de diálogo com a sociedade. “Vamos ouvir a sociedade sem assembleísmo”, pontuou.

Na hora do debate, mais uma vez o Prefeito utilizou a palavra “diálogo” ao se defender das críticas de Miguel Lago, do movimento Meu Rio, por estar removendo favelas para as Olimpíadas. O Prefeito alegou que só a Vila Autódromo estava no caminho dos jogos, ou seja, atrapalhando sua boa execução. Com seu estilo matreiro, o prefeito se esquivou bem das críticas, mas prometeu aprofundar o diálogo com os críticos.

A palavra “diálogo” também foi usada com conotação negativa na matéria, cujo título era: “Prefeitura quer tornar Vila Autódromo 'invisível', segundo urbanista”, em que Carlos Vainer questiona a falta de diálogo com moradores e defende projeto alternativo da Vila Autódromo.

Em uma outra matéria, denominada “A rotina de quem desafia as remoções da Rio-2016”, apesar de ser de forma indireta, a mensagem de diálogo da Prefeitura do Rio é transmitida por meio da declaração do ex-subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, Alex Costa: “A Prefeitura afirma que as remoções da Vila Autódromo, até o momento, só acontecem em comum acordo com os moradores. “Ninguém está saindo obrigado. “Estamos realocando as famílias por desejo próprio, só sai quem quer sair.”.

O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro lançou, durante os Jogos Olímpicos, o Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro. A primeira versão foi lançada em março de 2012 e traçou um quadro abrangente das situações de violação dos direitos humanos, relacionadas às intervenções da Copa do Mundo e das Olimpíadas, envolvendo as questões de moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia. Infelizmente, passados já dois anos daquele lançamento, pode-se constatar o agravamento das situações denunciadas.

O relatório mostra a falta de transparência nas licitações e no controle público do orçamento da Olimpíada, que totaliza cerca de 39 bilhões, ressaltando a grave violação do direito à informação, que dificulta o efetivo controle social e o debate público sobre a realização dos Jogos. Além disso, o Comitê demonstra que, ao contrário do que é amplamente divulgado pelo Poder Público, a maior parte dos gastos da Olimpíada do Rio de Janeiro, cerca de 62%, é de responsabilidade do Poder Público, enquanto o setor privado assume apenas os 38% restantes. O dossiê nomeia as poucas empreiteiras as quais estão presentes em quase todos os grandes projetos que estão sendo implementados.

O documento concluiu pelas demandas concretas para uma Olimpíada inclusiva e democrática, incluindo, dentre os aspectos necessários para esse objetivo, o fim das remoções forçadas, da violência contra camelôs, do recolhimento forçado de crianças e adolescentes em situação de rua; o uso popular do Maracanã; o reflorestamento da APA de Marapendi; a libertação e a absolvição de todos os presos políticos; a desmilitarização da cidade. Em geral, o Comitê demandou que os princípios contidos na Carta Olímpica, como “dignidade humana”, “respeito” e “paz” fossem respeitados; e que os Jogos Olímpicos deixem um legado positivo para todos os moradores do Rio de Janeiro.

4.2.6 Indenização x Investimento

A categoria “indenização” foi citada em 24 oportunidades, em oposição à “investimento”, que foi citada nove vezes, mostrando que os gastos públicos foram mais relacionados ao pagamento de indenizações do que com o investimento nos Jogos Olímpicos.

A Olimpíada de 2016 encerra uma década de megaeventos no Rio de Janeiro, e foi prometida como o momento de celebrar o esporte e a união dos povos, em uma cidade transformada, uma cidade “olímpica”. Contudo, a realidade se mostra mais dura do que as imagens de televisão e do marketing oficial fazem crer. A transformação do esporte em negócio e a forma como o Poder Público direciona os recursos têm transformado o Rio em cenário de constantes violações de direitos, acentuando um projeto de cidade desigual e excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às hipóteses apontadas na introdução da dissertação, pode-se concluir, a partir das matérias do Jornal O Globo analisadas, que, apesar do espaço concedido por esse veículo para expor os problemas vivenciados pela Vila Autódromo, no período de 2011 a 2016, foi possível transmitir a posição da Prefeitura e coube à população julgar os dois lados. Ao analisarmos as matérias, é possível perceber que houve uma condução política, não apenas dos governantes, em tirar aquelas casas da posse dos moradores da Vila, mas também dos residentes daquela localidade, pois muitos deles sabiam da importância daquele espaço para a realização das Olimpíadas, dificultando a negociação, até mesmo, construindo (ou adquirindo) casas no intuito de vender por preços elevados e com isso obter vantagens financeiras. O sentimento de pertencimento existiu por parte de alguns moradores, mas muitos eram politicamente engajados e sabiam da importância daqueles terrenos para a realização do megaevento que foram as Olimpíadas Rio 2016.

A falta de planejamento e a corrupção da Prefeitura, mais uma vez, gerou como grandes perdedores os cofres públicos e a população da cidade, que tiveram que arcar com os custos elevados da desapropriação. Vale ressaltar que a corrupção já era uma prática no Brasil, propagada pela própria mídia de que trata esta dissertação, com projeções mundiais, as quais, recorrentemente, corroboram para a imagem já manchada do Brasil, presente nas listas sobre corrupção divulgadas mundialmente, como aponta a manchete do G1, de 27 de janeiro de 2016: “Brasil piora 7 posições em ranking mundial de corrupção e fica em 76.º” – os Jogos Olímpicos eram a oportunidade de se criar uma imagem positiva do país, em substituição a uma já estigmatizada figura de nação vergonhosamente corrupta, todavia, tal chance não foi aproveitada.

Por meio da análise das matérias, percebe-se que 46% foram contrárias às desapropriações; 46%, neutras; e apenas 8%, favoráveis à desapropriação, ou simplesmente apresentando a versão dos fatos, apesar do olhar da Prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa forma, a imagem transmitida para os leitores do Jornal O Globo era de que a Vila Autódromo estava sendo removida sem grandes justificativas, em função da falta de planejamento da Prefeitura e que, apesar da importância dos

Jogos Olímpicos, esse momento não foi aproveitado da melhor forma possível para gerar benefícios reais à cidade do Rio de Janeiro.

Por meio das vozes de estudiosos e críticos sobre o assunto, além de projeções na mídia internacional, citadas ao longo do texto, o legado deixado pós-Olimpíada foi exatamente oposto à finalidade positiva, divulgada previamente pela Prefeitura: a mobilidade urbana continua sendo precariamente ofertada; não houve melhora na segurança pública; em muitas ocasiões, houve o desrespeito aos direitos humanos; os objetivos do Governo, por vezes, parecem escusos, com a falta de clareza sobre dados divulgados; e, ainda pior, diretamente ligado à desapropriação da Vila Autódromo, foi prejudicado o direito à cidade para parte da população, a qual não pertence à elite financeira do país. Parece ter havido a intenção de uma mascaramento das mazelas sociais no entorno dos estádios olímpicos e, para isso, a “varredura” dos cidadãos os quais não se encaixavam no perfil elitizado que se desejou divulgar, era necessária. Com isso, marca-se o prejuízo à coletividade, ao interesse público, que, conforme versa a já citada Constituição Federal, deveria ser a finalidade da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

ANHOLT, S. Place branding: **Is it marketing, or isn't it?** Place Branding and Public Diplomacy. 4 v. em 1. New York: Palgrave Macmillan, 2008

ARANTES, O. **A Cidade do Pensamento Único**. [S.l.]: Vozes, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W.; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERG, Leo Van Den; BRAUN, Erik; OTGAAR, Alexander H.J. **Sports and city marketing in European cities (Euricur Series)**. Burlington: Ashgate, 2002. 125p.

BETIM, F. **Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BIENESTEIN, G.; MASCARENHAS, G.; SANCHES, F. **O Jogo continua : Megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro : Ed Uerj, 2011.

BOVY, P. **Megaeventos: catalisadores para transporte mais sustentável nas Cidades**. 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8706690-Mega-eventos-catalisadores-para-transporte-mais-sustavel-nas-cidades.html>> Acesso em: 13 mar. 2018.

BRUM, J. de. **A hipótese do Agenda Setting (Teoria do Agendamento)**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisianos, Brasil. Fonte: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BUTT, Simon. **“Mega events” research leads to global website**. 2010. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/news/pressreleases/2010/june/megaevents.aspx>> Acesso em: 01 jun. 2018.

CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, V. 2.1992; 2013.

CAVALCANTI, E.; NEVES, M. F. **Curitiba viável ao turismo**. 2004. Disponível em: <www.fotoserumos.com/curitibaviavel16.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CONTRERA, M.; MORO, M. **Vertigem mediática nos megaeventos musicais**. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/221>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CORREA, M. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano, **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 273-82, Mar./Abr. 2007

FERNANDES, A. **Estratégias de intervenção em áreas históricas**: revalorização de áreas urbanas centrais. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

FREITAS, I. C. **Função social da escola e formação do cidadão**. Disponível em: <<http://democracianaescola.blogspot.com.br/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaoscriticos.html>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

FREITAS, R. F. **Folia, mediações e megaeventos**: breve estudo das representações do carnaval nos jornais cariocas. E-compós, Brasília, v.11, n.1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51229>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FRÚGOLI JR, H. **Esboços de uma trajetória**: cidade, pesquisa, universidade. Porto Alegre: Iluminuras, 2001.

FUTURE BRAND. Disponível em: <<http://www.futurebrand.com/futurebrand.html>> Acesso em: 18 nov. 2017.

G1. **Brasil piora 7 posições em ranking mundial de corrupção e fica em 76º**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/ranking-de-corrupcao-coloca-brasil-em-76-lugar-entre-168-paises.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SÁNCHEZ GARCIA, F. Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana. **Revista Paranaense de Geografia**, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 4, 1999. Disponível em: . <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm>.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa quantitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. p. 244-270. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRASSO, J. P. **O Rio de Janeiro e os investimentos para a sua revitalização.** Disponível em em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.141/4289>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

HALL, T.; HUBBARD, P. (1996). **The entrepreneurial city:** new urban politics, new urban geographies? *Progress in Human Geography*, v. 20.

HAM, P (2008). **Place Branding: State of Art.** The ANNALS of Americal Academy of Political and Social Science, Vol 616.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In. MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

IVERSEN, N. M.; HEM, L. E. (2008) Provenance associations as core values of place umbrella brands: A framework of characteristics, **European Journal of Marketing**, v. 42

JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista Famecos:** mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, mai/ago 2011.

KAVARATZIS, M.; Ashworth, G. J. () City Branding: an effective assertion of identity or a transitory marketing trick?, **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v.96, 2005

KOTLER, P.; GERTNER, D. (2002). Country as brand, product, and beyond: A place marketing and brand management perspective, **Journal of Brand Management**, volume 9

KOTLER, P.; HAIDER, D.; REIN, I. **Marketing places:** attracting investment, industry and tourism to cities, states and nations. New York: The Free Press, 1993

KUMAR, A. **O Legado Olímpico no Leste de Londres:** Desapropriação e Gentrificação. Disponível em: <<http://riononwatch.org.br/?p=4927>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

LEITE, R. P. **Mercado de relíquias:** ‘gentrification’ e tombamento no bairro do Recife Antigo. In.: Encontro de Antropólogos do Norte-Nordeste, 7, 2008, Recife.

LENSKYJ, H. **Inside the Olympic Industry:** Power, Politics, and Activism. Albany: State University of New York Press, 2000

_____. **The Best Olympics Ever?** Social Impacts of Sydney 2000. Albany: State University of New York Press, 2002.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LINS, F.; FREITAS, R.; SANTOS, M. H. **Megaeventos, comunicação e cidade**. Rio de Janeiro: Ed. CVR, [20--].

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MAFFESOLI, M. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew. [et al.]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014

MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011.

MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS no brasil, 7ª jornada internacional de políticas públicas, Aurinéia Cunha et all

METAXAS, T. **Place Marketing as a tool for Local Economic Development and City Competitiveness: a comparative evaluation of Place Marketing Policies in European Cities**, EURA CONFERENCE: urban and spacial European Policies: levels of territorial government, Turim, 2002

NOBRE, E. **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e "gentrificação" no processo de renovação urbana do Pelourinho**. Anais do X Encontro Nacional da Anpur, 2003.

PADDINSON, R. City marketing, image reconstruction and urban regeneration. **Urban Studies**, v. 30, 1993

PAYNE, Michael. **A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

PENA, F. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, V. Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas. In: CONGRESSO VIRTUAL DE TURISMO, 2., 2003. **Anais...** 2003.

PONGETTI, H. Súplica aos Párias. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1958.

Porter, M. E. (1990). **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RANGEL, N. F. de A. O Esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos Naui**, Florianópolis, p. 39-57, volume 4, jul-dez 2015.

ROCHE, Maurice. **Mega-events modernity**: olympics and expos in the growth of global culture. Londres: Routledge, 2000.

RODRIGUES, A. M. Os Megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. **GeoTextos**, v. 9, n.2, p.13-25, 2013.

ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2001. ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: porque nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: Acesso em: 15 dez. 2017.

RUTHEISER, C. **Imagineering Atlanta**: Making Place in the Non-Place Urban Realm. London: Verso, 1996.

SANCHÉZ, F. **Fernanda Sánchez**: autora de “A reinvenção das cidades para um mercado mundial”. Blog: Entrevistas bom autores. Entrevista concedida à Editora Argos. Disponível em: <<http://www.editoraargos.com.br/farol/editoraargos/blog/entrevistas-com-autores/fernanda-sanchez/643>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SANTOS, M. C. R. dos. **O sertão é dentro da gente**. Disponível em: <www.controversia.com.br/blog/2016/06/27/o-sertao-e-dentro-da-gente/>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SHAW, C. A. **Five Ring Circus**: Myths & Realities of the Olympic Games. Lancaster: New Society, 2008.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de conteúdo**: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. G. (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SECCO, Lincoln. As jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASDUERJ). **Revista ADVIR 35**. Dossiê: Cidades Olímpicas. Julho de 2016.

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In. MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WARD, S.V. **Selling places: the marketing and promotion of towns and cities, 1850-2000**. London: Spon Press, 1998

ZACHARIASEN, C. **De Volta À Cidade: Dos Processos de Gentrificação às Políticas de Revitalização dos Centros Urbanos**. [S.l.]: Annablume, 2006.

ANEXO A - Levantamento sobre a Vila Autódromo - Jornal O Globo

2011					
Mês	Título (Tema)	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Agosto	Relatora da ONU denuncia ilegalidades em remoções da Copa e Olimpíadas	Contrário à desapropriação	Protagonista	Entrevista Raquel Rolnik denuncia ilegalidades em remoções da Copa e Olimpíadas.	Miguel Conde
2012					
Mês	Tema	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Abril	Comitê Popular da Copa "invade" Bienal em Brasília	Contrário à desapropriação	Compartilhada	Em abril, o Jornal trata da invasão do Comitê Popular da Copa à Bienal em Brasília. A matéria trata dos manifestantes que invadiram o estande do Comitê da Copa-Fica 2014, reclamando do uso do dinheiro público para construção dos estádios. A matéria trata também do lançamento realizado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, do documento com denúncias de violações de direitos humanos com a participação da relatora da ONU - Raquel Rolnik.	Jorge Antônio Barros
Agosto	"Temos o direito de morar nessa cidade"	Contrário à desapropriação	Protagonista	Entrevista morador Vila Autódromo	Guilherme Freitas
Novembro	Paes recebeu doações de construtoras olímpicas	Contrário à desapropriação	Citação	Denúncia/ Política	Renato Onofre e Luiz Ernesto Magalhães
2013					

Mês	Tema	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Julho	"O serviço de ônibus do Rio é uma tragédia"	Neutra	Compartilhada	Apresentação de Eduardo Paes no OsteRio - Polo de debates sobre a cidade. Na entrevista o Prefeito Eduardo Paes se defendeu quando questionado sobre a remoção de favelas para as Olimpíadas, afirmando que só a Vila Autódromo está no caminho dos jogos.	Jorge Antônio Barros
2014					
Mês	Tema	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Abril	Após ocupação, manifestantes deixam prédio de Defensoria Pública	Contrário à desapropriação	Protagonista	Notícia protesto Vila Autódromo.	
Novembro	No meio do caminho existe a Vila Autódromo	Contrário à desapropriação	Protagonista	Divulgação do documentário "Se essa Vila não fosse minha". A matéria fala que a Prefeitura vem tentando tirar a Vila Autódromo do caminho desde o <i>Rock in Rio</i> .	Jorge Antônio Barros
2015					
Mês	Tema	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Novembro	Campo de golfe Olímpico e remoções viram tema de documentário	Contrário à desapropriação	Compartilhada	Matéria sobre o filme "Olympia" que entre os casos citados - fala da Vila Autódromo e da remoção de moradores.	Lucas Altino
2016					

Mês	Tema	Análise do conteúdo (intenção do jornalista)	Tipo Matéria	Conteúdo	Jornalista
Janeiro	Moradores da Vila Autódromo farão protesto amanhã	Contrário à desapropriação	Protagonista	Anúncio de protesto de moradores da Vila Autódromo contra a Prefeitura.	Ancelmo Gois
Fevereiro	Água parada, isolamento e corte de energia: a rotina da Vila Autódromo	Contrário à desapropriação	Protagonista	A matéria trata do descaso da Prefeitura com os moradores que resistiram e continuam na comunidade, no intuito de pressionar a saída - A zika também é citada.	Bernardo Mello
Fevereiro	Prefeitura não consegue derrubar sede de associação na Vila Autódromo	Contrário à desapropriação	Protagonista	Recurso da Defensoria Pública evita que a Prefeitura derrube a sede da Vila Autódromo.	Bernardo Mello
Fevereiro	Prefeitura não define prazo para fim das remoções na Vila Autódromo	Contrário à desapropriação	Protagonista	A matéria trata do descaso da Prefeitura com a região da Vila Autódromo - Destruições e a zika.	Bernardo Mello
Fevereiro	Desapropriações na Vila Autódromo já custam uma arena Olímpica	Contrário à desapropriação	Protagonista	A matéria trata de demolições desnecessárias na Vila Autódromo, do custo com as desapropriações, presença ostensiva da Guarda Municipal, acuando os moradores.	O Globo
Março	Personalidades aderem à campanha lançada por moradores da Vila Autódromo	Contrário à desapropriação	Protagonista	A matéria trata do apoio de artistas como Camila Pitanga e Gregório Duvivier à campanha #urbaniza já dos moradores da Vila Autódromo, repudiando as remoções e convocando outras pessoas a fazerem o mesmo. Mais uma vez a demolição da associação foi citada.	Bernardo Mello

Abril	Prefeitura quer tornar Vila Autódromo "invisível" segundo urbanista	Contrário à desapropriação	Protagonista	A matéria apresenta uma crítica ao plano de urbanização da Vila Autódromo apresentado pelo então Prefeito Eduardo Paes. A crítica é feita pelo urbanista Carlos Vainer. A matéria fala do projeto da Prefeitura e do projeto alternativo de Vainer, que segundo o urbanista, acomodaria o dobro de pessoas. A ideia do urbanista é integrar a Vila Autódromo ao Parque Olímpico, alegando que o Prefeito não consultou à comunidade.	O Globo
Junho	Pressa é a tônica da entrega de obras das Olimpíadas do Rio 2016	Contrário à desapropriação	Citação	A matéria fala da falta de planejamento das obras, da queda da ciclovias e cita a Vila Autódromo como exemplo de insatisfação dos cariocas com as Olimpíadas.	Nani Rubin
Julho	Embaixadora da ONU recebe cariocas para falar sobre Rio-2016 e direitos humanos	Contrário à desapropriação	Protagonista	Embaixadora da ONU recebe moradora da Vila Autódromo que teve sua casa destruída para a construção do Parque Olímpico.	Júlia Amin
Agosto	Moradores da Vila Autódromo se recusam a pegar chaves da casa	Contrário à desapropriação	Protagonista	Moradores não recebem as chaves e alegam irregularidades na rede hidráulica e sanitária e que não havia luz. O secretário Arraes afirma que os moradores podem acionar a equipe de manutenção, caso tenham necessidade.	Bernardo Mello

Agosto	"Guardian": Brasil já perdeu medalha de ouro dos direitos humanos	Contrário à desapropriação	Compartilhada	O jornal britânico critica a violência e o processo de remoções que ocorre no Brasil. Na matéria, o jornal afirma que o Brasil teve poucos avanços do ponto de vista da segurança desde que ganhou como cidade sede das Olimpíadas. A reportagem fala do impasse sobre o destino da Vila Autódromo.	Cora Rónai
Agosto	Santos Dumont e o Fora Temer	Contrário à desapropriação	Citação	O alpinista Gustavo Vieira, que interpretou Santos Dumont nas Olimpíadas falou sobre os pedidos para protestar contra Temer nessa oportunidade. Ele afirmou na matéria que se fizesse algum protesto, seria relacionado às desapropriações que ocorreram na Vila Autódromo.	Luiz Ernesto Magalhães e Luiz Guilherme Julião
Setembro	Urbanistas criticam impacto olímpico na Barra da Tijuca	Contrário à desapropriação	Compartilhada	Urbanistas falam das mudanças ocorridas na Barra, criticam a forma como foram realizadas as transformações urbanas na cidade. A Vila Autódromo é citada quando fala das remoções que ficaram mais caras do que se tivessem colocado em prática o Plano Popular - o projeto estava orçado em 13,5 milhões e as desapropriações custaram 200 milhões.	Lucas Altino

ANEXO B – Questionário

Entrevistador: Maria Clara – (MC)

Entrevistada: Thainá Halac – (TH)

Cargo: Assessora Especial de Imprensa – Mandato Eduardo Paes

Tema: Política de Desapropriações – Vila Autódromo

1. (MC) Quais os maiores desafios de realizar uma desapropriação para um megaevento como as Olimpíadas?

(TH) As desapropriações necessárias principalmente aos projetos de mobilidade se constituem no maior desafio. Juntamos ainda o fator tempo – a prefeitura do Rio tinha um deadline para a negociação e saída das famílias, que deveria ser obedecido para não atrapalhar o cronograma de obras. E, falando em casos isolados, o maior desafio foi a Vila Autódromo, rodeada de pressões políticas.

2. (MC) O que você acha da política de habitação do município do Rio de Janeiro, voltada para remoção de favelas? Quais os pontos de destaque?

(TH) À época o município orientava reassentamentos e não remoções. Aqui também é importante reassentamentos, que cabiam à antiga SMH.

No início ambos eram feitos de maneira traumática sob o prisma humano, contudo seguindo orientações jurídicas.

Diferenciar desapropriações (com RGI) que eram executadas pela antiga SMO e a Prefeitura conduziu os processos de reassentamento da maneira mais democrática, respeitando os direitos de cada família. O próprio decreto municipal que trata dos reassentamentos estabelece todos os procedimentos obrigatórios para reassentar uma família. Isso implica avisá-las com antecedência, esclarecer sobre a natureza e a importância desse reassentamento, sempre motivado por interesse público mais amplo. Além de receber as informações, as famílias eram recebidas individualmente na própria Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e informadas sobre o valor de suas benfeitorias e as alternativas para reassentamento. As famílias são reassentadas de diferentes formas: transferência direta para apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida; recebimento de aluguel social (R\$ 400 por mês)

enquanto aguardam uma unidade do Programa Minha Casa, Minha Vida em local desejado; indenização; ou transferência para outro imóvel através da aquisição assistida, que é quando a Prefeitura avalia as benfeitorias feitas na casa da família, autoriza essa família a procurar outro imóvel de mesmo valor em local seguro e, finalmente, compra a nova moradia.

Todos os reassentamentos foram feitos com base em decreto municipal, que estabelece regras claras, baseadas nos direitos humanos e na busca da moradia digna. O primeiro decreto é o de número 20.454, de 24 de agosto de 2001. Depois disso, ao longo do tempo, ele sofreu alterações e atualizações. O mais recente é o 34.522, publicado no Diário Oficial do Município do Rio em 4 de outubro de 2011. Ele atualiza, sobretudo, os valores pagos aos moradores pela Prefeitura.

3. (MC) As questões que antecederam esse processo (reuniões e audiências públicas) tiveram participação popular?

(TH) Sim, foram realizadas diversas audiências públicas e reuniões com moradores, em geral comandadas pelas subprefeituras locais, que devem ter as atas destes encontros.

4. (MC) A diretriz de remoção involuntária afirma que a população precisa participar de todo o processo de definição das alternativas de remoção – desde o local a ser construído o conjunto habitacional, até os critérios de avaliação de suas benfeitorias?

(TH) Sim, e até onde sei isso foi feito. No caso das desapropriações, por exemplo, os traçados dos BRTs foram alterados diversas vezes a pedido dos moradores e visando reduzir o número de imóveis atingidos. Existiu também sempre a preocupação por parte do município de que os imóveis construídos e oferecidos e troca aos moradores fossem geograficamente próximos da antiga moradia. O Parque Carioca, para onde foram os moradores da Vila Autódromo, fica a 1 km da comunidade. No Metrô-Mangueira, os moradores também foram para o Bairro Carioca, em Triagem, contrariando a antiga lógica de remoção praticada em governos anteriores, quando os moradores de comunidade eram removidos para bairros distantes do de origem, como exemplo, Cidade de Deus.

5. (MC) O prazo para a realização desse processo atrapalhou as negociações?

(TH) O prazo para a execução das Olimpíadas fez com que estes processos tivessem mais celeridade, contudo foram feitos seguindo todos os trâmites jurídicos. O que aconteceu em alguns casos foi que a prefeitura acabou cedendo à negociação com os moradores para que o processo não fosse a juízo e acabou supervalorizando alguns imóveis pela necessidade do terreno.

6. (MC) Você identificou um senso de pertencimento por parte dos moradores ou mais de oportunidade. Qual a sua análise crítica desse processo?

(TH) Tivemos os dois casos. Mas especificamente na Vila Autódromo, o senso de oportunidade era maior.

7. (MC) Quais as opções oferecidas para esses moradores? Você achou justa as indenizações pagas pela Prefeitura, muito acima da média ou dentro do esperado pelo local a ser desapropriado? E os conjuntos habitacionais, foram atrativos?

(TH) As opções foram detalhadas acima. As indenizações eram com valor de mercado. Justas se julgarmos pela legislação em vigor, já que constitucionalmente o bem público está acima do particular. Os conjuntos habitacionais eram atrativos e com toda infraestrutura, próximos de mobilidade, escolas e atendimento médico.

No caso da Vila Autódromo, algumas casas tiveram valor muito acima do mercado – o que acabou deslegitimando o processo. No início de dezembro de 2015 a Prefeitura liberou um lote de R\$ 10 milhões para pagamento de indenizações de imóveis na margem da Lagoa de Jacarepaguá e uma das indenizações foi de R\$ 2,3 milhões.

8. (MC) Você acredita que esse tipo de pagamento, legitima as ocupações ilegais?

(TH) Não legitima, mas mostra a o jogo político por trás das ocupações.

9. (MC) Na década de 90, os moradores da Vila Autódromo possuíam o título de posse daquelas propriedades, concedidas pelo Governador do Estado, qual a sua análise sobre esse fato?

(TH) Foi um ato político e eleitoreiro, apenas para garantir votos da comunidade.

10.(MC) Gostaria de relatar alguma situação inusitada que ocorreu durante esse processo? Independente da opção dos moradores, qual a sua visão sobre a satisfação dos mesmos com relação a postura do ex Prefeito Eduardo Paes?

(TH) A questão ao meu ver não era com o Eduardo Paes especificamente. Essa era a comunidade mais organizada politicamente. Eles sabiam da importância do terreno para os jogos e usaram isso a favor deles na negociação. As condições oferecidas pela prefeitura foram muito boas, tanto que teve a adesão de quase toda comunidade. O Parque Carioca é um empreendimento de classe média, muito melhor do que as condições precárias que algumas famílias viviam.

11.(MC) Após o termino das Olimpíadas, qual a sua análise sobre as moradias construídas para os moradores que optaram por permanecer na Vila Autódromo? Após os Jogos Olímpicos, alguns moradores recusaram as chaves. Você acompanhou esse processo?

(TH) Não acompanhei este processo.

12.(MC) Quais as propostas que o Poder Executivo deve levar para minimizar o problema da ocupação indevida?

(TH) Não tenho conhecimento técnico para responder esta pergunta.

13.(MC) A Prefeitura utilizou alguma estratégia para responder as demandas de imprensa relacionadas à Vila Autódromo?

(TH) Sim, todas as respostas eram aprovadas pela assessoria do prefeito e muitas vezes por ele mesmo. Tínhamos um Q&A para que não houvesse conflito de informações.

14.(MC) Qual foi o posicionamento adotado pela Prefeitura no que diz respeito à Vila Autódromo? Houveram mudanças com a proximidade das Olimpíadas e/ou com a alteração do cenário econômico financeiro?

(TH) Sim, as negociações informadas acima.

15.(MC) Qual a imagem que a Prefeitura gostaria de ter perante os moradores da Vila Autódromo? O que foi feito para isso?

(TH) A prefeitura tentou uma imagem de parceria. A Empresa Olímpica Municipal tentou essa aproximação com o programa “Vizinhos Olímpicos”, que incluía toda vizinhança formal e informal, atingida ou beneficiada pelos jogos na região do Autódromo.

16.(MC) Foram analisadas todas as matérias do Jornal O Globo de 2011 até 2016. A maioria foi negativa, ou seja, a população recebeu a informações contrárias às remoções. Na sua opinião, qual o grau de influência desse veículo?

(TH) *Obs: Das 43 matérias publicadas nesse período, 20 foram contrárias às desapropriações, 4 favoráveis e 19 neutras.*

O veículo tem muita influência entre os formadores de opinião, principalmente a classe média alta, que em geral apoiava os reassentamentos. Veículos alternativos e redes sociais exerceram mais influência destas informações contrárias.

17.(MC) O Jornal O Globo possibilitou que a Prefeitura se posicionasse perante às críticas?

(TH) Sim, a relação sempre foi muito profissional e sempre tivemos abertura por parte do veículo para responder e contestar as informações. Em geral, as matérias tinham os dois posicionamentos.

Informações adicionais:

Comunidade localizada na Baixada de Jacarepaguá, no antigo terreno do Autódromo de Jacarepaguá que abrigava **824** famílias.

Desse universo, **275** precisaram se submeter ao processo de reassentamento para a construção de vias de acesso ao Parque Olímpico e de duplicação das avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno (obra viária de extrema importância para a região, devido ao fluxo crescente de veículos), além da recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa, bem como a retirada daqueles que ocupam imóveis em área de risco, às margens do rio Pavuninha, que seria canalizado pelo município para os Jogos.

Solução apresentada pela prefeitura

Migração de moradores para unidades do Condomínio Parque Carioca ou indenização.

Status

Das 275 famílias que precisavam deixar o local, 268 já o fizeram, restando apenas sete atualmente na área.

Curiosidade

Das 824 famílias integrantes da comunidade Vila Autódromo, 549 não precisariam deixar o local, pois suas moradias não estavam no traçado das obras e nem na faixa de proteção ambiental da lagoa. Dada a mudança no padrão de vida oferecida pela Prefeitura no Condomínio Parque Carioca, 531 moradores solicitaram ao município a saída espontânea da comunidade. Para tanto, foram feitos abaixo-assinados reivindicando a inclusão no cadastro de futuras aquisições. Apenas 18 famílias optaram por permanecer na comunidade.